UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL (PPGEXR)

AGNALDO LIMA DE FIGUEIREDO JUNIOR

ELABORAÇÃO DE CONTROLES PARA FORMAÇÃO DE PREÇO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CAZUMBA I, SENHOR DO BONFIM -BA

JUAZEIRO - BAHIA

2025

AGNALDO LIMA DE FIGUEIREDO JUNIOR

ELABORAÇÃO DE CONTROLES PARA FORMAÇÃO DE PREÇO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CAZUMBA I, SENHOR DO BONFIM -BA

Trabalho de conclusão de Dissertação apresentado a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Programa de Pós-Graduação Em Extensão Rural (PPGEXR), como requisito de para a obtenção de título de mestre.

Linha de pesquisa: II. Processos de Inovação Sócio Tecnológicas e Ação Extensionista.

Orientador o Prof. Dr. Denes Dantas Vieira,

Coorientador: Prof. Dr. Paulo José Pereira na linha de

JUAZEIRO - BAHIA

2025

Figueiredo Junior, Agnaldo Lima de
F475e Elaboração de controles para formação de preço na agricultura familiar: a experiência da comunidade quilombola de Cazumba I, Senhor do Bonfim - BA / Agnaldo Lima de Figueiredo Junior. – Juazeiro-BA, 2025.

70 f.: il. 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Juazeiro, Espaço Plural, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Denes Dantas Vieira.

1 Contabilidade de custos. 2. Contabilidade rural. 3. Gestão Socioambiental. Agricultura familiar. I. Título. II. Vieira, Denes Dantas. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 657.42

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: Renato Marques Alves, CRB 5-1458.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF PRÓ - REITORIA DE PESQUISA, PÓS - GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL - PPGExR

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGNALDO LIMA DE FIGUEIREDO JUNIOR

ELABORAÇÃO DE CONTROLES PARA FORMAÇÃO DE PREÇO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CAZUMBA I, SENHOR DO BONFIM -BA

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do título de mestre em Extensão Rural, pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Aprovado em: 30 de agosto de 2025

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
DENES DANTAS VIEIRA
Data: 30/10/2025 14:01:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

(Denes Dantas Vieira, Doutor, UNIVASF)

Documento assinado digitalmente
VANDERLEI SOUZA CARVALHO
Data: 30/10/2025 14:26:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

(Vanderlei Souza Carvalho, Doutor, UNIVASF)

Documento assinado digitalmente
FRANCISCO ARAPIRACA DOS SANTOS
Data: 30/10/2025 15:34:22-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

(Francisco Arapiraca dos Santos, Doutor, UNEB)

A Deus, pela sabedoria, paciência e pela realização de um sonho, e a todos que caminharam ao meu lado, meu eterno agradecimento.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por toda força, pela sua existência e por estar comigo todos os dias.

A Universidade Federal do Vale do São Francisco e ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural por esse mestrado maravilhoso, e pela realização desse grande sonho.

À minha mãe, cuja dedicação incondicional e constante preocupação foram fontes inesgotáveis de apoio, mesmo durante minha ausência, oferecendo-me sempre palavras de encorajamento e cuidado. À minha irmã, que, com orgulho e admiração, foi um pilar de força e compreensão nos momentos mais desafiadores desta jornada, reafirmando a importância dos laços familiares no enfrentamento das adversidades.

Ao meu amado pai (*in memoria*) que tinha um sonho de me ver em uma faculdade. A meu primo (*in memoria*) que tinha um orgulho imenso de mim, que me fazia se sentir especial e importante. A minha avó materna (*in memoria*), que era um ser incrível e sempre falava do orgulho pelos netos.

A minha família em geral (primos, tios, irmãs, avó, padrinhos), que tem um papel importante em minha vida.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado me apoiando.

A meu Orientador Prof. Dr. Denes Dantas Vieira e meu Coorientador Prof. Dr. Paulo José Pereira, por todo apoio e contribuição para o bom desempenha dessa dissertação.

A minha Turma R7, que com muita parceria e amor, tornou essa trajetória mais leve e incrível.

Agradeço especialmente aos queridos amigos da República da Rua 7. A cuja presença foi crucial para que esta jornada fosse não só produtiva, mas também cheia de momentos significativos. A convivência com vocês trouxe aprendizados valiosos que ultrapassaram as barreiras acadêmicas, caracterizados por momentos de leveza, amizade e muitas gargalhadas. Essas vivências não só enriqueceram minha trajetória intelectual, como também tiveram um impacto significativo no meu desenvolvimento pessoal, tornando essa fase ainda mais marcante.

A equipe do CESOL, em especial a Nilo Ramos que sempre esteve disposto a ajudar, que conseguiu me conectar com a comunidade e até mesmo na escolha por essa em específico.

A Comunidade Quilombola Cazumba I, por me receber de braços aberto, e todas as produtoras pelos bons momentos de troca de experiências.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse sonho.

Minha eterna gratidão....

RESUMO

A agricultura familiar desempenha um papel crucial no Brasil, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do país. Os pequenos produtores rurais exercem uma função de grande relevância nos setores financeiro, agrícola e social. Emana a origem do problema da referida pesquisa, "Como é formado e quais os desafios na formação do preço de venda nos produtos da agricultura familiar. O objetivo é analisar o processo na formação de preços na agricultura familiar a partir da experiência da Comunidade Quilombola Cazumba I, no município de Senhor de Bonfim/BA. Foi realizado uma pesquisa exploratória, que teve uma abordagem quali-quantitativa dos dados coletados em todo. O método a aplicado caracterizou-se por levantamentos de dados oriundos da análise e investigação sobre a ótica da agricultura familiar a aplicação dos recursos para formação de preço de vendas. O estudo destacou a relevância de se compreender e detalhar os custos envolvidos na cadeia produtiva. A análise foi direcionada para a identificação dos principais componentes dos gastos, permitindo aos produtores e criadores rurais uma visão clara sobre como alocar recursos de maneira mais eficiente. Em suma, esta pesquisa alcançou seus objetivos ao oferecer contribuições significativas para a gestão de recursos na agricultura familiar, além de promover a eficiência e a sustentabilidade, ela fortaleceu a base de conhecimento necessária para embasar tomadas de decisões e para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas.

Palavra-chave: Contabilidade de custos, contabilidade rural, gestão socioambiental, agricultura familiar.

ABSTRACTS

Family farming plays a crucial role in Brazil, contributing significantly to the country's development. Small rural producers play a highly important role in the financial, agricultural and social sectors. The origin of the problem of the aforementioned research emanates, “How is the sales price formed and what are the challenges in setting the sales price of family farming products? The objective is to analyze the process of price formation in family farming based on the experience of the Quilombola Community Cazumba I, in the municipality of Senhor de Bonfim/BA. An exploratory research was carried out, which had a qualitative and quantitative approach to the data collected throughout. The method applied was characterized by data collection from the analysis and investigation of the application of resources to set the sales price from the perspective of family farming. The study highlighted the importance of understanding and detailing the costs involved in the production chain. The analysis was directed towards identifying the main components of expenses, allowing rural producers and breeders a clear vision of how to allocate resources more efficiently. In short, this research achieved its objectives by offering significant contributions to resource management in family farming, in addition to promoting efficiency and sustainability, it strengthened the knowledge base necessary to support decision-making and to subsidize the development of public policies.

Keywords: Cost accounting, rural accounting, socio-environmental management, family farming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Custeio por absorção 29
Figura 2- Estabelecimentos na agricultura familiar 33
Figura 3- Área ocupada pela agricultura familiar 34
Figura 4- Ocupação por tipo de agricultura 34
Figura 5- Quantitativo de agricultores por sexo 35
Figura 6- Área territorial de Senhor do Bonfim. 42
Figura 7- Localização geográfica do Povoado de Cazumba I 44
Figura 8- CESOL de Senhor do Bonfim. 50
Figura 9- Visita técnica de 2021. 51
Figura 10- Visita a associação 52
Figura 11- Quadro de Investimentos 53
Figura 12- Quadro de depreciação 54
Figura 13- Informações sobre o produto 55
Figura 14- Demonstrativo dos dados levantados 56
Figura 15- Unidade de produção da Comunidade de Cazumba I 57
Figura 16- Produto para comercialização. 58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Resumos das fases históricas 17

Tabela 2- Esta tabela apresenta os principais tipos de custos, suas definições e exemplos, permitindo compreender como cada custo impacta a produção e a tomada de decisões 22

Tabela 3- Dados dos itens e preços unitários 25

Tabela 4- Custos reconhecidos 26

Tabela 5- Custos totais 26

Tabela 6- Informações gerais do levantamento de custos 28

LISTA DE ABREVIATURAS

PIB: Produto Interno Bruto

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

CESOL: Centro Público de Economia Solidária (CESOL)

EVE: Estudo de Viabilidade Econômica

SUMÁRIO

SUMÁRIO 12

1. INTRODUÇÃO 14

2. REVISÃO DE LITERATURA 16

2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DOS ANOS 17

2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS 19

2.2.1 Conceitos principais 20

2.2.1.1 Gastos 20

2.2.1.2 Desembolso 20

2.2.1.3 Investimentos 21

2.2.1.4 Custos 21

2.2.1.5 Despesas 21

2.2.1.6 Perdas 22

2.2.1.7 Desperdícios 22

2.2.2 CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS 22

2.2.3 FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA 24

2.2.3. 1 Markup na formação de preço de venda 24

2.2.3.2 CUSTEIO POR ABSORÇÃO 28

2.2.3.3 CUSTEIO VARIÁVEL DIRETO 29

2.3 CONTABILIDADE RURAL 31

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR 32

2.5 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 36

2.6 GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE 36

2.6.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 38

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS 40

4. MATERIAL E MÉTODOS 41

4.1 Lócus 41

4.1.1 Comunidade Quilombola Cazumba I 43

4.1.2 Produto final 45

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO 46

5.1 Administração dos recursos e formação de preços na agricultura familiar 46

5.2 Economia solidária e atuação do CESOL 48

5.3 Produção e comercialização de alimentos na comunidade de Cazumba I: uma perspectiva da economia solidária 57

5.4 Ferramentas culturais e estratégias de precificação 59

5.5 Cartilha para elaboração de controle e gestão de custos. 61

5.6 Comparativo dos preços alocados aos produtos 62

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 64

7. REFERÊNCIAS 66

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha um papel crucial no Brasil, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do país. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2017, cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos foram classificados como de agricultura familiar, representando 77% do total de unidades agropecuárias do país e ocupando aproximadamente 23% da área total dos estabelecimentos brasileiros (IBGE, 2017). Os pequenos produtores rurais exercem uma função de grande relevância nos setores financeiro, agrícola e social. Porém, grande parte dos agricultores desconhecem as informações contábeis de seus negócios, dificultando assim o planejamento e controle para as tomadas de decisão.

A contabilidade de custos auxilia os pequenos produtores na formação de preços, a elaborar controles e ferramentas de gestão para o produtor, (Gomes *et, al.* 2021). Conforme o estudo voltado a economia, é precedente a análise o cenário de mercado atual com entendimento de oferta e demanda, sendo viável formar o preço de forma mais justa.

Com o desenvolvimento tecnológico, a agricultura vem se desenvolvendo e produzindo cada vez mais, reduzindo os custos, gerando renda e criando empregos diretos e indiretos, (Costa *et al.* 2019). Assim, é imperativo a necessidade de gestores melhores, ou seja, uma de mão de obra qualificada, para as atividades rurais. Na Agricultura familiar ou pequenos empreendimentos agrários, tanto na própria produção como na área administrativa, é necessário o controle econômico-financeiro, para a sua sustentabilidade.

Em uma sociedade globalizada, cresce em ritmo acelerado a preocupação com os impactos ambientais, bem como os impactos sociais. Sendo assim, a gestão de preços agrários como ferramenta para a manutenção dos empreendimentos rurais, e principalmente a agricultura familiar, é de suma importância, pois as empresas e pessoas naturais exploram a capacidade produtiva do solo, bem como, cultivo, criação de animais e as transformações de alguns produtos agrícolas.

Sendo imprescindível a construção de empreendimentos seguros e sustentáveis, o atendimento das necessidades básicas da agricultura familiar. Destarte, a coexistência entre o modelo capitalista da sociedade e o desenvolvimento sustentável, sendo fundamental a adoção de ciência, tecnologia e inovação, para propor soluções factíveis e viáveis, com o intuito de solucionar, ou mitigar, a administração dos recursos, e formação dos preços de produtos e serviços.

Outro ponto de destaque é a responsabilidade socioambiental, que está intrinsecamente ligada a pesquisa. Ao propor soluções sustentáveis para a gestão dos recursos e para a formação de preços, o estudo enfatiza a importância de preservar o meio ambiente e promover condições de trabalho justas para os agricultores. Essa abordagem multidimensional reforça a conexão entre sustentabilidade e desenvolvimento econômico, destacando a necessidade de uma visão holística para enfrentar os desafios do setor agrícola.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de agricultores familiares organizarem seus empreendimentos de maneira eficiente, permitindo a formação de preços adequados que assegurem a estabilidade de seus negócios. Essa necessidade está alinhada à busca por inovações tecnológicas e extensionistas que aprimorem os controles das comunidades rurais, mantendo o compromisso com a responsabilidade socioambiental dos produtores. A certificação de serviços e produtos baseia-se em análises detalhadas dos recursos alocados e distribuídos, promovendo a formação de uma rede social de comunicação para a gestão eficiente dos preços.

Ao promover o aprimoramento das práticas de formação de preços, a pesquisa visa capacitar agricultores a compreenderem melhor seus custos, despesas e receitas. Essa abordagem permite que eles obtenham maior controle sobre seus empreendimentos, potencializando a sustentabilidade econômica e socioambiental das comunidades rurais. O fortalecimento dessas práticas também auxilia na valorização da agricultura familiar como um pilar essencial para o desenvolvimento econômico local e nacional.

A integração de tecnologias inovadoras é outro aspecto central da pesquisa. O uso de ferramentas digitais e sistemas de gestão específicos para a agricultura familiar permite maior eficiência na organização e no monitoramento das atividades produtivas. Além disso, contribui para a inclusão digital de comunidades rurais.

A possibilidade de criação de uma cartilha, para satisfazer experiências com este público e objetivos de negócio, com foco na agricultura familiar e cálculo do preço de venda de seus produtos e serviços, projetando interfaces, conteúdos e interações que alavanquem a quantidade de vendas e assessorem nas vendas e conversões, com o design de interfaces gráficas e formulários de fácil acesso o uso, para os que não dispõem de internet sem seus empreendimentos.

O estudo apresenta sua relevância ao abordar diferentes níveis da sociedade, especialmente naqueles que influenciam significativamente a interação entre produtores, governo e sociedade em geral. Essa interação desempenha um papel crucial na criação, no acompanhamento e na gestão de políticas públicas inclusivas e eficazes, voltadas ao apoio de pequenos empreendedores rurais e agricultores familiares.

Emana a origem do problema da referida pesquisa, "De que forma os produtores da agricultura familiar estabelecem o preço de venda de seus produtos e quais são os principais desafios enfrentados nesse processo?", com o tema **"**Elaboração de Controles para Formação de Preço na Agricultura Familiar: A Experiência da Comunidade Quilombola de Cazumba I, Senhor Do Bonfim - Ba**"**, tendo como resultado final uma dissertação e a criação de produto final um aplicativo para assessorar na formação do preço de venda dos produtos ou serviços rurais.

As hipóteses da pesquisa são: A falta de conhecimento sobre a formação do preço de venda e a inexistência de ferramentas de apoio dificultam que os produtores rurais da agricultura familiar realizem uma gestão eficiente de seus custos, comprometendo sua autonomia e a sustentabilidade econômica de suas atividades.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DOS ANOS

A contabilidade é uma ciência social aplicada, cujo principal foco é o estudo do patrimônio, está presente em nossa sociedade desde as civilizações antigas, onde surgiu a necessidade do ser humano em controlar sua produção, em um período em que se fazia trocas de mercadorias pela não existência do dinheiro que conhecemos (Costa et al, p. 26967, 2023). Os mercadores precisavam ter controle de todas as suas posses e produções, tendo em vista a necessidade de registrar as operações apuradas em seus negócios comerciais (Moura et al, p. 2, 2022).

Tabela 1- Resumos das fases históricas

PERÍODO	DATA	FATO QUE MARCOU O TÉRMINO	CARACTERÍSTICAS
Primórdios	de 1500 a 1850	Aprovação do Código Comercial	A contabilidade era lenta em seus processos e na adoção de técnicas contábeis pela ausência de uma formação formal nessa área.
Estruturação do ambiente do negócio	1851 a 1891	Criação do curso técnico	Com o avanço do comércio e o surgimento organizações empresariais, a contabilidade como a se institucionalizar. Após a alfabetização, o ensino de contabilidade ainda que pouco, começou a ganhar espaço.
Curso técnico	1892 a 1924	Primeiro congresso científico nacional	Nesse período, com a adoção das partidas dobradas no setor público, a contabilidade brasileira se fortaleceu, e teve o início dos trabalhos de auditoria.

Busca da regulamentaçã o da profissão	1924 a 1945	Criação do Conselho Federal de Contabilidade	A profissão começou a ser discutida em Congressos científicos. Aplicação de normas tributárias, como imposto sobre lucros. Organização do ensino contábil que ganhou estrutura.
Normatização	1946 a 1971	Resoluções do CFC, CMN; Banco Central antecipa a mudança na Lei das S.A	Após a criação do CFC, começou o debate sobre padronização (inclusive internacional), e o intercâmbio com outros países, tendo troca de experiências com o exterior. Nesse contexto teve a criação dos primeiros cursos de pós-graduação dessa área.
Inflacionário	1972 a 1994	Redução drástica da inflação com o Plano Real	Período em que o ambiente econômico passava por uma instabilidade, com reflexo na Contabilidade. Apesar disso, houve expansão do ensino superior e discussão sobre a estrutura conceitual da contabilidade.
Contabilidade de custos	1995 a 2007	Criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis	Com o controle da inflação e o fortalecimento da economia, o uso da contabilidade de custos voltou a ser usada amplamente. O período foi marcado com expansão da pós-graduação, e as práticas internacionais.
Normas internacionais	2008 até o presente		A contabilidade passou por transformações com a

			convergência das normas internacionais de contabilidade (IFRS). Esse processo fortaleceu as pesquisas empíricas voltadas ao mercado de capitais e consolidou a institucionalização do CPC.

Fonte: Niyama et al, 2022.

Acontecimentos históricos importantes impactaram a contabilidade moderna de forma indireta e diretamente, em todas as eras da civilização. Materiais como: madeira, pedra, argila entre outros, eram utilizados para fazer a contabilização (Oliveira *et al*. p.25 2023).

Costa *et al.* (2023), argumenta que o surgimento da contabilidade desde os primórdios, sofreu grandes transformações para se adequar as necessidades da sociedade. Já Oliveira *et al*. (2023), afirma que ela evoluiu ou regrediu em concernir aos fatores de grande relevância para o processo histórico da humanidade, levando a entender que as inovações para humanidade trazem consigo grandes mudanças na ciência contábil visto que a tecnologia avança em grande velocidade.

A era digital trouxe um marco na evolução da contabilidade, de forma mais simplificada o acesso remoto para atividades que demandava uma locomoção. A utilização de sistemas para detalhar de maneira compreensível os relatórios e a diminuição de margem de erro. Os avanços ajudaram muitos nas relações com clientes, mantendo a equipe sempre atualizada pois, é o sistema que permite a integração com outros setores, otimizando na gestão. A contabilidade tem muito a evoluir, pois a ciência está em constante mudanças tecnológicas, com novos sistemas, softwares que vai surgindo diariamente (Costa *et al*, p. 26973, 2023).

Para Oliveira *et al.* (2023) a globalização trouxe tecnologias inovadores para todos os segmentos econômicos. Porém, é necessário analisar se a profissão conseguiu acompanhar a evolução tecnológica como, inteligência artificial, big data, analytics e todas as tecnologias que influencia o trabalho contábil.

2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Contabilidade de Custos surgiu e se desenvolveu juntamente com a Revolução Industrial na segunda metade do Século XVIII, (Alves, 2022) como uma ramificação da Contabilidade Financeira, advinda da necessidade em obter um maior controle sobre os valores atribuídos aos produtos e serviços da área agrária. Analisar alternativas, reais ou simuladas, que busquem alterações nas operações da entidade, no todo ou em parte. Conforme se pode depreender, estes objetivos específicos são estritamente importantes para as entidades, os dois primeiros têm o auxílio voltado em informações necessárias para a geração das demonstrações contábeis e tomada de decisões, (Aline, *et. al*, 2018).

A Revolução Industrial trouxe grandes mudanças, com inserção de tecnologias para o aumento da produção. A sociedade em geral começou a investir nas indústrias comprando e vendendo ações, surgindo em meio a necessidade de remodelar a maneira como seus estoques eram avaliados alterando os resultados das empresas na apuração, que na grande maioria deixou de ser comerciais para se tornarem indústrias (Silva et al, 2022)

A contabilidade gerencial ganhou grande ênfase no contexto da industrialização, pois era preciso precificar os produtos a serem comercializados para se ter um controle na produção e geração de lucro. A contabilidade de custos surgiu da necessidade das empresas de distribuir seus custos entre os produtos de forma mais precisa, proporcionando maior eficácia na tomada de decisões. Para se mensurar, alocar os custos e despesas de forma fidedigna, trazendo grandes informações sobre os custos do produto precisa utilizar a contabilidade de custos.

2.2.1 CONCEITOS PRINCIPAIS

2.2.1.1 GASTOS

Para Crepaldi et. al (2023), os gastos correspondem aos pagamentos financeiros feitos por uma organização com o objetivo de adquirir um serviço ou produto para a fabricação de um bem gerando receita. Geralmente envolvem a entrega de ativos, como dinheiro. Esses gastos são registrados contabilmente no momento em que a dívida é reconhecida ou o ativo é reduzido como forma de pagamento. Essa é uma expressão ampla que pode representar tanto um custo quanto uma despesa.

Para Martins (2018), gasto é aquisição de um produto ou serviço que pode gerar um custo financeiro para a entidade, normalmente representado pela entrega ou promessa de ativos (normalmente dinheiro). O conceito de gasto é expresso muito além do que

desembolso, ele é o ato inicial que dá origem a outras classificações contábeis, dependendo de como ele será consumido no momento. Dessa forma, o conceito de gasto é amplo e essencial para o entendimento da formação e controle de dos resultados das organizações.

2.2.1.2 DESEMBOLSO

É o pagamento proveniente da aquisição de um bem ou serviço. ocorrer concomitantemente com o gasto (pagamento à vista), durante ou depois da aquisição do item comprado, (Viceconti, 2018, p. 27)

2.2.1.3 INVESTIMENTOS

Refere-se ao gasto que foi registrado como ativo e que proporcionará benefícios futuros aos bens ou serviços adquiridos. Esses gastos são efetuados quando um bem é adquirido para integrar o ativo da empresa, sendo ativado de acordo com sua vida útil ou pela sua relação com períodos futuros, (Yanese, 2018, p. 22)

Os investimentos podem ser classificados em duas categorias principais: circulantes e não circulantes. Os investimentos circulantes são caracterizados por sua elevada liquidez, o que possibilita sua conversão em recursos financeiros de forma ágil e eficiente. Esses ativos são geralmente consumidos ou realizados no curto prazo, contribuindo diretamente para a fluidez do capital de giro das organizações. Por outro lado, os investimentos não circulantes, também denominados permanentes, apresentam uma perspectiva de longo prazo, sendo destinados a gerar benefícios econômicos ao longo de vários exercícios sociais. Esses ativos possuem baixa liquidez, uma vez que não se destinam à alienação imediata, mas sim ao suporte estrutural e operacional das empresas, contribuindo para a geração contínua de receitas e lucros ao longo do tempo, (Silva Filho et al, 2022)

2.2.1.4 CUSTOS

Custos são os gastos com produtos ou serviços usados na produção de outros produtos ou serviços, sejam eles desembolsados ou não. Só são considerados custos quando se produz um produto ou executa um serviço. Os custos são custos essenciais para a produção, uma vez que os fatores produtivos são usados com o objetivo de adquirir novos produtos ou serviços.

Os valores gastos com a produção dos itens são compatíveis com os gastos. A classificação dos gastos depende da abordagem dada a ela, podendo ser determinada em relação à natureza, à função, à contabilidade, ao produto e à formação ou produção, (Crepaldi et al, 2023).

2.2.1.5 DESPESAS

Para Ribeiro (2018, p. 20), as despesas são gastos decorrentes do consumo de bens e da utilização de serviços que não são usados nas atividades produtivas. Também podem ser definidas despesas nas áreas administrativas, comercial e financeira, que direta ou indiretamente visam a obtenção de receitas.

2.2.1.6 PERDAS

São produtos ou serviços utilizados de maneira inadequada e involuntária. São despesas não intencionais que surgem de fatores externos, fortuitos ou da atividade produtiva normal da organização. A utilização de trabalhadores durante uma greve representa uma perda, e não um custo de produção; danos com estoques deteriorados e incêndios. Se uma ordem de produção inteira ou em estado adiantado de produção, de valor relevante, o tratamento contábil mais adequado é a baixa direta para perda do período (Crepaldi et al, 2023).

Martins (2018), fala que perda não se confunde com a despesa (nem com o custo) por sua anormalidade e involuntariedade, não é um sacrifício com o objetivo de obter receita.

2.2.1.7 DESPERDÍCIOS

São os custos que surgem dos processos produtivos ou de geração de receitas que podem ser descartados sem prejudicar a qualidade ou quantidade de bens, serviços ou receitas geradas, (Crepaldi et al, 2023).

2.2.2 CLASSIFICAÇÃO DE CUSTOS

Tabela 2- Esta tabela apresenta os principais tipos de custos, suas definições e exemplos, permitindo compreender como cada custo impacta a produção e a tomada de decisões

Tipos de custos	Autores	Conceitos
Diretos	(Coutinho, 2024)	Os custos diretos são ligados diretamente a produção, sendo objetiva e de fácil mensuração.
Indiretos	(Coutinho, 2024)	São custos que não podem ser atribuídos diretamente aos produtos, porém, está

		estritamente relacionado a produção.
Variáveis	(Coutinho, 2024)	Os custos variáveis são aqueles que variam de acordo com a produção e é diretamente afetado pelo volume produzido.
Fixos	(Coutinho, 2024)	Os custos fixos, independente da produção e volume, permanecem constantes.
Transformação	(Martins 2003)	Custos de Transformação leva em consideração todos os custos de produção, exceto matéria prima empregados sem nenhuma modificação pela empresa (componentes adquiridos prontos, embalagens compradas etc.).
Histórico	(Martins 2003)	Significa que os ativos considerados, são os valores no momento em que foi feita a aquisição, independente se o valor do bem mude durante o tempo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Através desse quadro, podemos entender os conceitos que são importantes na contabilidade de custos, bem como são alocados e como deve ser administrado cada conceito para uma formação de preço segura.

Existe ainda outras formas de alocação dos custos relacionados aos produtos e serviços. O custeio por absorção faz apropriação dos custos, esses são divididos em três grupos, Custeio por absorção e Custeio Variável ou Direto e o Custeio Baseado em Atividade (ABC), sendo diferenciado pelo tratamento dos custos fixos (Neres *et al*, 2022).

O ABC tem como objetivo principal analisar os custos das diversas atividades da organização e compreender o seu comportamento, buscando bases que reflitam as relações entre os produtos e essas atividades.

2.2.3 FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA

Alves (2022) afirma que a formação de preço sofre impacto de muitos elementos, abrangendo desde a sensibilidade do consumidor às variações de preço até os valores estipulados por outras empresas. Também pesam a oferta de produtos similares, as táticas de divulgação da marca e o panorama do setor. O autor frisa que o crucial é que o método de cálculo de custos gere dados relevantes e coerentes com a visão da empresa, sobretudo no que diz respeito à sua abordagem de preços.: com base nos custos, com base no mercado ou com base numa combinação de ambos.

Estratégias de precificação é fundamental para o êxito de toda empresa, porém o administrador que planejar de forma estratégica a flexibilidade desse processo de precificação de acordo com as condições de mercado conseguirá mantê-la competitiva na conjuntura atual. A escolha do método de precificação dependerá da empresa e de qual abordagem se adequa melhor ao seu negócio. Portanto, é importante analisar esses três métodos para um melhor entendimento (Neres et al, 2022).

2.2.3. 1 MARKUP NA FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA

O markup é uma ferramenta amplamente utilizada no contexto empresarial para determinar o preço de venda de produtos e serviços com base na margem de lucro desejada. Sua aplicação contínua desempenha um papel essencial na maximização dos resultados financeiros, influenciando diretamente a competitividade das organizações no mercado. Essa metodologia permite não apenas a cobertura dos custos operacionais, mas também a criação de estratégias de precificação alinhadas às dinâmicas de oferta e demanda. Dessa forma, o uso eficiente do markup contribui para a estabilidade financeira das empresas e para a adaptação às oscilações econômicas e concorrenciais, (Rasseli *et. al*, 2024).

Para Yanese (2018), a estruturação do markup pode ser categorizada em duas principais abordagens:

Multiplicador: $\frac{1}{1-(DF+DT+DC+MG)}$

Divisor: 1-(DF+DT+DC+MG)

Onde:

DF: Despesas Fixas

DT: Despesas Tributárias

DC: Despesas Comerciais

MG: Margem Desejada

Para calcular o markup, utilizaremos a fórmula do markup multiplicador. A tabela a seguir apresenta os dados necessários para o cálculo:

Tabela 3- Dados dos itens e preços unitários

8 kg de abóbora	$ 10,40
1,5 kg de açúcar	$ 2,25
150 g de coco ralado	$ 3,25
6 g de cravo-da-índia	$ 0,51
5 recipientes para embalagem	$ 5,00
Mão de Obra Direta Salário de Ana	$ 20,00
Aluguel	$ 1,50
Gás	$ 0,50
Energia elétrica	$ 0,25
Depreciação	$ 0,22
CUSTO TOTAL	$ 43,88

Fonte: Ribeiro (2018).

Os valores apresentados são fictícios e servem apenas como base de cálculo. As informações referentes a aluguel, gás, energia e depreciação correspondem aos valores obtidos após o rateio entre os produtos que foram produzidos. Vamos recalcular com base na realidade do produtor, considerando que:

- A produção é realizada em casa, portanto não há gastos com aluguel ou contador;
- Não há incidência de impostos empresariais (Simples Nacional);
- O gasto com internet é de R$ 100,00 por mês;
- O frete de entrega por moto é de R$ 8,00 por entrega.

Passo 1: Custos reconhecido na produção

Tabela 4- Custos reconhecidos

Itens	**Valor (R$)**
Materiais	21,41
Mão de obra direta	20,00
Custos indiretos (energia, gás, depreciação)	2,47
Custo total (produção)	**43,88**

Passo 2: Despesas gerais (não industriais)

Vamos agora estimar a parcela da internet e do frete por produção.

Se a internet de R$ 100,00 for utilizada tanto para uso doméstico quanto para o negócio, podemos alocar, por exemplo, 20% do valor para o negócio, ou seja, R$ 20,00/mês. Se forem realizadas 10 produções por mês, o custo de internet por produção será:

20/10 = 2, 00 reais por produção

Custo de internet por produção: R$: 2,00

Já o frete por entrega custa R$: 8,00

Passo 3: Custos totais considerando a realidade

Tabela 5- Custos totais

Tipo	Valor (R$)

Custo total da produção	43,88
Internet	2,00
Frete	8,00
Custo total ajustado	53,88

Passo 4: Definição de lucro desejado

Como no caso hipotético a pessoa é autônoma, será considerado um lucro desejado de 30%. Essa margem fica nessa faixa para que não seja baixo demais para ela, e que não seja alto demais para os preços dos produtos.

Passo 5: Cálculo do Markup

Multiplicador: $\frac{1}{1-(DF+DT+DC+MG)}$

DF: despesas fixas alocadas por produção: internet + frete = 2 + 8 = 10 / custo total de produção 43,88 → DF = 10 ÷ 43,88 =0,228

DT: impostos = 0 (sem Simples Nacional)

DC: custos indiretos de produção já calculados = 2,47 / 43,88 = 0,056

MG: lucro desejado = 30% = 0,30

Somando o Markup:

Multiplicador: $\frac{1}{1-(DF+DT+DC+MG)}$

$$\frac{1}{1-(0,228+0+0,056+0,30)}$$

$$\frac{1}{1-0,584}$$

$$\frac{1}{0,456}$$

Markup multiplicador = 2,40

Passo 6: Preço de venda

Preço de venda=Custo total de produção × Markup

43,88×2,40=105,3

Preço total = R$ 105,30

Se forem 5 recipientes, o preço por unidade:

105,3÷5 = **21,06**

Tabela 6- Informações gerais do levantamento de custos

Item	Valor
Custo total de produção	R$ 43,88
+ Internet e frete	R$ 10,00
Markup (30% de lucro)	2,40
Preço total de venda	R$ 105,30
Preço por recipiente (5 unid.)	R$ 21,06

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

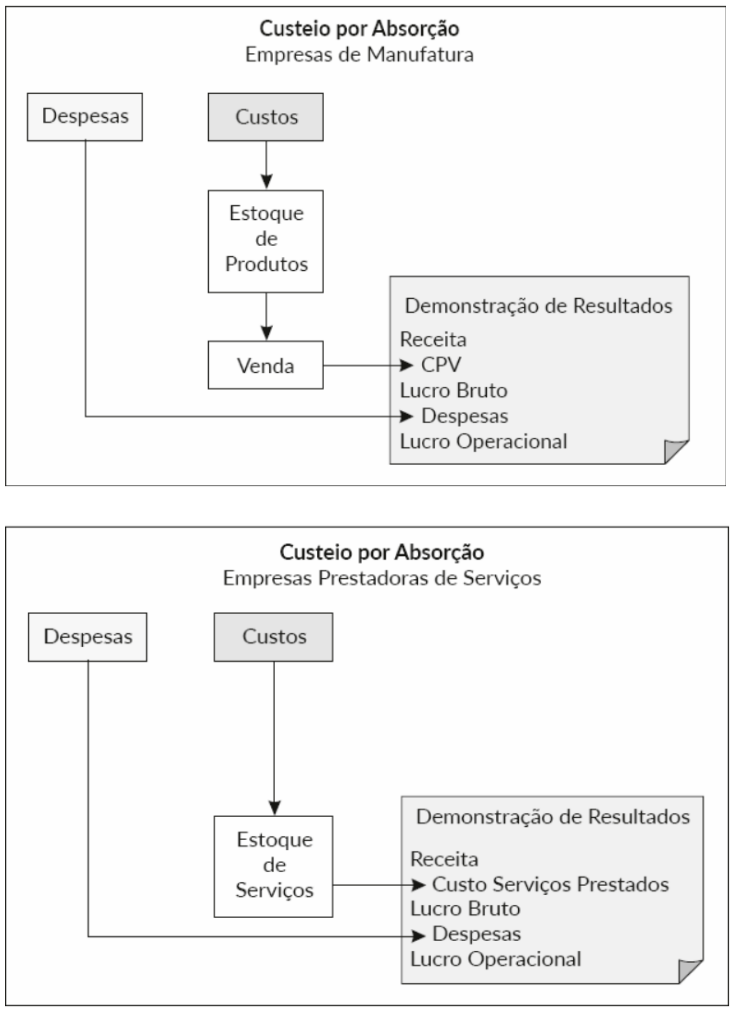
Como já mencionado anteriormente, a fórmula de markup é muito usada para definir preços. No entanto, vale notar que esse método é mais comum em empresas de comércio, onde os custos e a forma de precificar são bem diferentes de áreas como a agricultura familiar ou pequenos negócios artesanais.

2.2.3.2 CUSTEIO POR ABSORÇÃO

Trata-se de um método que consiste na aplicação de princípios contábeis, reconhecido pela legislação tributária vigente, especialmente no que concerne à normatização do imposto de renda, sendo contemplado no Pronunciamento Técnico CPC 16, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Segundo Schmitt et al. (2023), essa abordagem contábil caracteriza-se pela apropriação integral dos custos de produção aos bens ou serviços elaborados, de modo que apenas os dispêndios diretamente relacionados ao processo produtivo sejam considerados na composição do valor dos produtos ou serviços. Corroborando Veiga *et al.* (2016), esse método permite uma visão abrangente da estrutura de

custos, sendo amplamente utilizada para fins de mensuração contábil e de conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

Figura 1- Custeio por absorção



Fonte: Martins; 2025.

Na utilização do custeio por absorção, todos os custos de produção são apropriados aos produtos fabricados, independentemente de sua natureza fixa ou variável, direta ou indireta. Dessa forma, todos os gastos incorridos no processo produtivo são incorporados ao custo do produto de forma mais abrangente e estruturada. Esse método contempla uma totalidade dos recursos consumidos na produção, atendendo aos princípios contábeis para apuração dos resultados, (Oliveira et al, 2021).

2.2.3.3 CUSTEIO VARIÁVEL DIRETO

O custeio variável, também referido como custeio direto, é uma técnica de avaliação de estoques que pode ser vista como um avanço teórico do custeio por absorção, destacando-se, principalmente, pela maneira como lida com os custos fixos. No sistema de custeio

variável, os custos variáveis são atribuídos aos produtos, enquanto os custos fixos são vistos como despesas do período em que se manifestam, não sendo incluídos no valor dos inventários. Este método oferece uma perspectiva mais nítida da margem de contribuição dos produtos, favorecendo análises gerenciais focadas na tomada de decisões e no planejamento estratégico.

> A principal diferença entre o custeio variável e o por absorção e a alocação dos custos fixo, a metodologia do custeio variável acredita que os critérios de rateio para os custos fixo e indiretos na distribuição aos produtos prejudica a real obtenção dos custos que de fato vão para a produção, pois esses custos independem do processo produtivo e acontecerão independente da produção, sendo considerados de maneira mais correta como gastos do período e não gas-tos produtivos. Utilizando assim de margem de contribuição para a cobertura dos custos fixo e geração de lucro, (Pinto et al, 2021 apud Martins, 2008, p.204).

Para Neres *et al* (2022), a margem de contribuição representa uma ferramenta importante para a definição do preço de venda de um produto, através de método, podemos saber quando em reais de lucro um produto proporciona. Veiga *et al* (2016), afirmam que a margem contribui para amortizar os custos fixos. Crepaldi *et al* (2023), corroboram que a margem representa o valor remanescente da receita após a dedução dos custos e das despesas variáveis. Esse montante é destinado à cobertura dos custos e despesas fixas da empresa e, posteriormente, à formação do lucro.

2.2.3.4 Pontos de Equilíbrio

Ponto de equilíbrio é um indicador importante na análise financeira empresarial, permitindo a identificação do momento em que a organização atinge a neutralidade entre receitas e custos, ou seja, quando não há lucro nem prejuízo. Compreendo esse contexto, o ponto de equilíbrio contribui para a tomada de decisão mais adequada para o crescimento da organização, (Secretti, 2024).

Quadro 3. Pontos de equilíbrio

Ponto de equilíbrio contábil	O ponto de equilíbrio contábil apresenta a quantidade de vendas ou faturamento que precisa atingir para cobrir todos os gastos de um determinado produto. Neste ponto o lucro é nulo.

Ponto de equilíbrio financeiro	O ponto de equilíbrio financeiro mostra a quantidade de vendas, em valores ou unidades monetárias, para uma geração de caixa nulo.
Ponto de equilíbrio econômico	O ponto de equilíbrio econômico demonstra a quantidade mínima de vendas necessárias para que a empresa comece a obter lucro, ou seja, o momento em que a receita total passa a superar o total de custos e despesas. Este utiliza o conceito que quanto mais vender é melhor, mas deixa clara a ideia de avaliação econômica se necessário a ampliação de estrutura civil, aquisição de máquinas, pois em muitos casos para vender mais é necessário que haja investimentos em longo prazo.

Fonte: Mello et al, 2017.

2.3 CONTABILIDADE RURAL

Contabilidade Rural, a ciência que estuda o patrimônio rural, dando contas específicas ao meio rural e suas particularidades, evidenciando a importância de cada segmento do meio rural, seja criação de animais ou de culturas permanentes e perenes, Segundo Fonseca et al. (2015).

Segundo a Lei 8.023, de 12 de abril de 1990, em seu art.2º:

> Considera-se atividade rural: a agricultura; a pecuária; a extração e a exploração vegetal e animal; a exploração da apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas animais; a transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada, tais como a pasteurização e o acondicionamento do leite, assim como o mel e o suco de laranja, acondicionados em embalagem de apresentação.

Crepaldi (2019) corrobora quando enfatiza que a finalidade da Contabilidade Rural é controlar o patrimônio das entidades rurais, apurar o resultado e prestar informação sobre o patrimônio e o resultado aos diversos usuários. O autor considera que a Contabilidade Rural é um dos principais sistemas de controle e informação das empresas rurais, Crepaldi *et al*, (2018), declaram que os agricultores possuem baixo conhecimento contábil e não demonstram

interesse em procurar ou obter o mesmo, visto que poucos possuem controle sobre o próprio patrimônio. Conforme os autores, (Von Muhlen, *et. al*, 2022), a minoria dos produtores rurais recorre ao auxílio de um profissional da Contabilidade.

Santos *et al* (2024), afirmam que a contabilidade rural possui um papel importante para o pequeno agricultor, pois traz uma visão muito clara e assertiva de suas finanças e operações do seu negócio. Ao se gerar um controle para registar suas receitas, despesas e investimento, a contabilidade busca um fator importante na tomada de decisão, permitindo ao produtor tomar decisões fidedignas de seus lucros, custos excessivos e oportunidade de crescimento. O produtor mantendo seus registros, pode melhorar sua capacidade de crédito e financiamento bancário para expansão de seu negócio.

Seguindo a lógica de Santos *et al.* (2024), a contabilidade rural fornece instrumentos de controle, planejamento e avaliação econômica nas atividades rurais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Ela permite que o produtor identifique os custos, e otimize seus recursos, reduzindo os desperdícios e adotando práticas. Sendo assim, ela não apenas favorece a alavancagem financeira do produtor, mas ajuda na gestão voltada a sustentabilidade econômica, ambiental e social das unidades produtivas. Nesse contexto, o contador surge da necessidade de criar controles para organizar o negócio do produtor, de maneira que proporcione a continuação desses empreendimentos rurais.

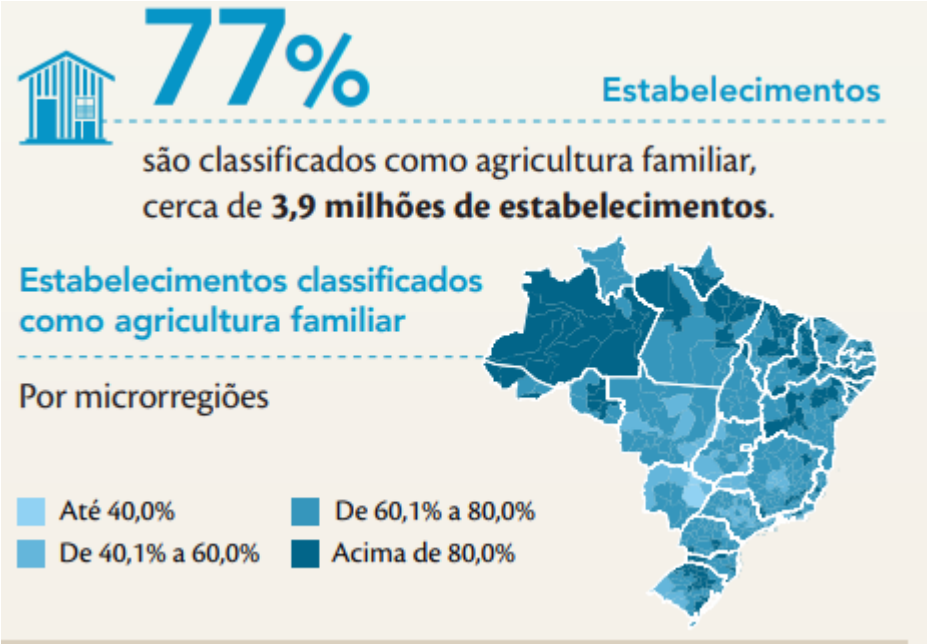
Conforme destacado por Moura *et al.* (2024), a contabilidade rural exerce uma função estratégica fundamental no contexto das operações e do planejamento da gestão rural, ao oferecer um suporte robusto à tomada de decisões por meio de ferramentas avançadas de controle financeiro. Essa abordagem não apenas otimiza a eficiência na administração das propriedades rurais, mas também promove o crescimento sustentável, consolidando-se como um pilar essencial para o desenvolvimento socioeconômico do setor.

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR

Definir a agricultura familiar como conceito de análise não é tarefa fácil. De acordo com estudo realizado pelo convênio os produtores familiares não devem ter qualquer empregado permanente ou menos de cinco trabalhadores temporários em algum mês do ano (Schneider, 2010)**.** De acordo com a Lei 11.326/2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, caracteriza-se como empreendimento rural familiar aquele que detém uma área de até quatro módulos fiscais, onde a família ali estabelecida tenha renda predominantemente

oriunda das próprias atividades, **(**Neutzling Brum, 2022) que a mão de obra seja também predominantemente de origem familiar, bem como a gestão do empreendimento realizado por um membro da família. (Oliveira *et. al,* 2022), a agricultura pode ser dividida em dois segmentos, a agricultura familiar e a agricultura não familiar, ambos impactam o Produto Interno Bruto (PIB).

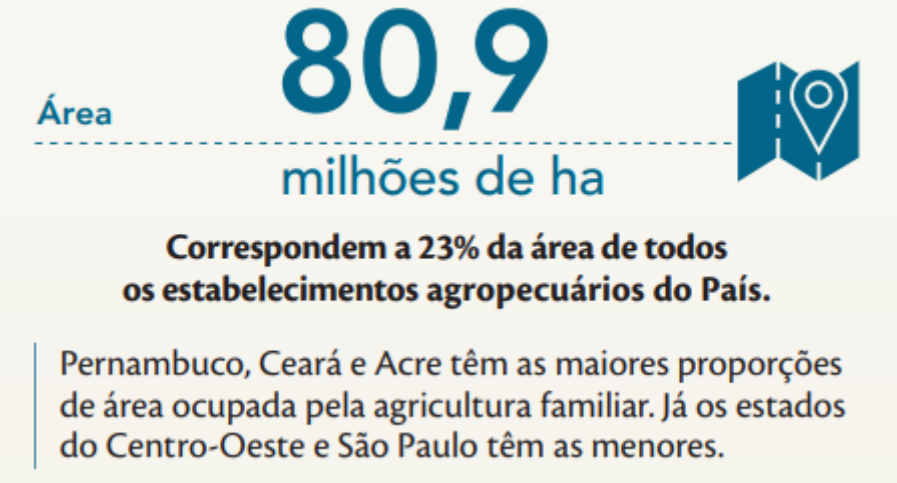
Figura 2- Estabelecimentos na agricultura familiar



Fonte: (IBGE, 2017)

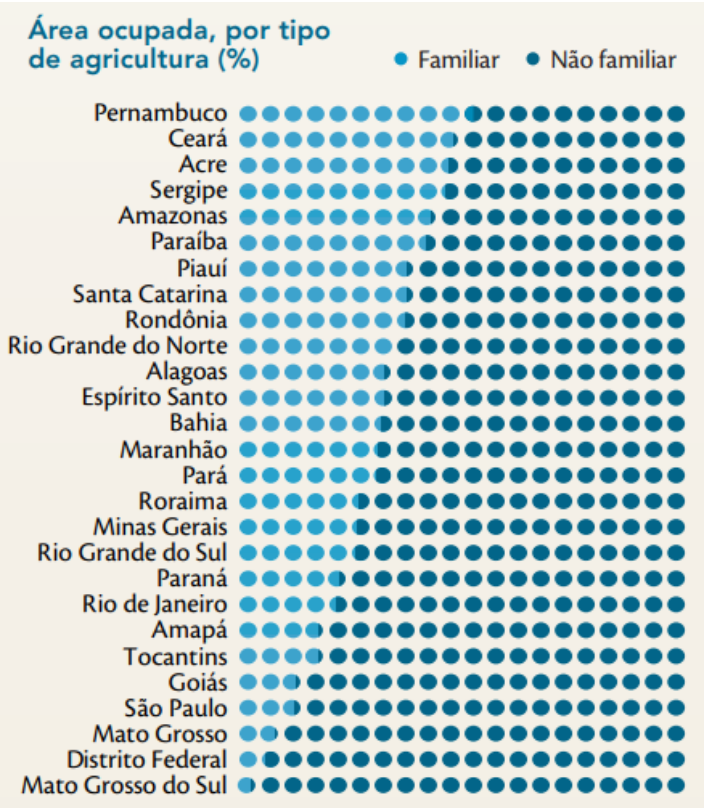
A agricultura familiar é caracterizada por pequenas propriedades rurais geridas por famílias, nas quais a produção desempenha um papel central, seja para consumo próprio ou para comercialização local. No Brasil, esse modelo ganhou destaque na década de 1990, marcando um momento significativo na história social e econômica do país. Durante esse período, tornou-se foco de políticas públicas e um símbolo de consolidação como categoria social distinta. À luz desse contexto, a agricultura familiar desempenha um papel essencial na valorização da cultura e da identidade local, além de promover a conservação dos recursos naturais e o bem-estar social e econômico, (Neto *et al*, 2024).

Figura 3- Área ocupada pela agricultura familiar



Fonte: (IBGE, 2017)

Figura 4- Ocupação por tipo de agricultura

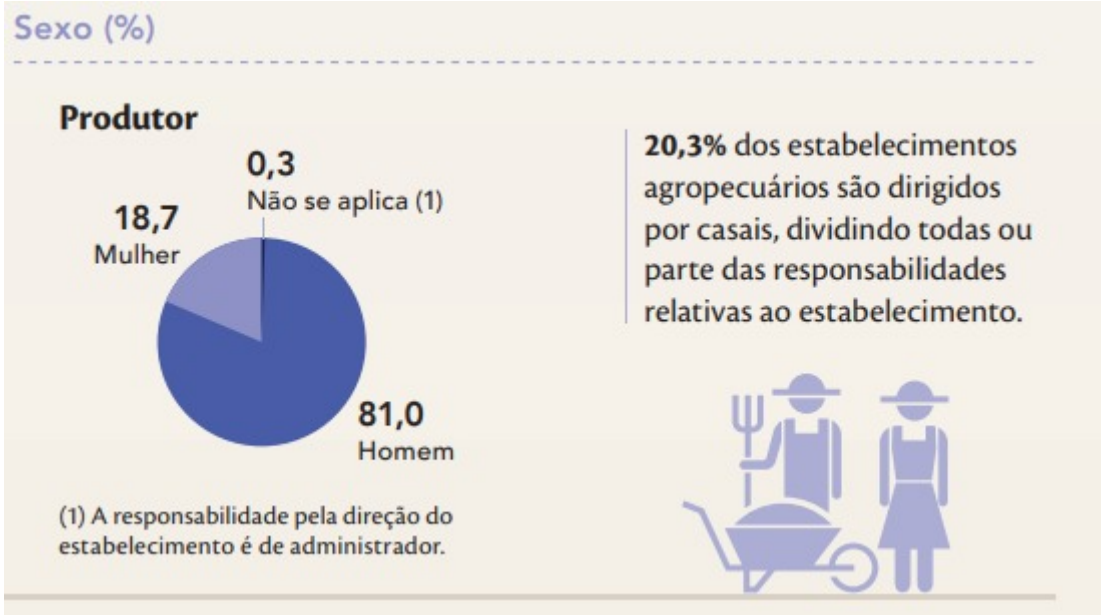


Fonte: (IBGE, 2017)

A agricultura familiar, predominantemente gerenciada por famílias e frequentemente transmitida entre gerações, destaca-se por sua diversidade genética e cultural, contribuindo para o desenvolvimento de sistemas alimentares mais resistentes. Constantemente, a agricultura familiar tem se diferenciado por suas práticas agroecológicas e orgânicas,

reconhecidas pelos menores impactos ambientais, em comparação com as práticas típicas do agronegócio. Por meio da adoção de métodos sustentáveis, reforça-se a relevância dos movimentos sociais e a preservação ambiental na busca pela sustentabilidade, promovendo o equilíbrio ecológico e uma relação harmoniosa entre a humanidade e a natureza, (Zuin *et al*, 2024).

Figura 5- Quantitativo de agricultores por sexo



Fonte: (IBGE, 2017)

Zuin et al (2024), ressaltam que a agricultura familiar tem resistido as barreiras que impedem seu desenvolvimento por questões de incentivos fiscais comparáveis, principalmente a sua visibilidade perante a influência dentro do sistema político e econômico. Por outro lado, o modelo de agricultura familiar opera na valorização da segurança e cultura alimentar local, embora tenha fundamental importância no bem-estar social e ecológico, mesmo não se comunicando diretamente com o sistema econômico que privilegia o agronegócio na lógica de lucro.

Na perspectiva da contabilidade, a agricultura familiar necessita de ferramentas administrativas que convertam suas particularidades de produção em dados econômico-financeiros relevantes. Nesse contexto, a contabilidade surge como um recurso estratégico para a decisão, propiciando formas de controle e análise dos resultados alcançados. Ao documentar gastos, ganhos e aplicações, possibilita ao agricultor familiar entender seu cenário produtivo, planejar de forma mais eficaz e assegurar a viabilidade financeira de seus negócios.

2.5 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm provocado transformações significativas na forma como as informações são produzidas, processadas e utilizadas na sociedade contemporânea (Araujo et al., 2018; Lemos, 2011). Assim, o acesso à informação perpassa na forma de interação e relacionamento, comunicar e externar desejos, solicitar serviços, dente outros (Cunha et. al, 2013). As TICs, vem realizando mudanças sociais, ambientais e econômicas na sociedade, proporcionando uma transformação na ampliação das fronteiras, bem como, na sua relação de produção e consumo, a chamada "Revolução Digital" (Chee et. al, 2013). Na utilização de ferramentas para a pesquisa a internet e inovação tecnológica, que irá proporcionar uma interação entre o usuário, tal como, os softwares governamentais constantes em cada website, para a coleta e análise dos dados com qualidade (Costa et. al, 2019).

No contexto da contabilidade e da agricultura familiar, as tecnologias da informação e comunicação são importantes para organização de relatórios, prover dados relevantes sobre produção e finanças. Um fator crucial é a utilização de programas e aplicativos para gerenciamentos de custos, controle de caixa, divulgação de produtos, monitoramento dos lucros e investimentos em tempo real, permitindo a melhora na tomada de decisão. Esses instrumentos viabiliza a administração, diminuem as falhas nos registros e ajudam a deixar as informações mais claras.

A inovação digital tem possibilitado a otimização do uso de energia, a redução do consumo e a substituição de fontes de energia menos sustentáveis. Além disso, a inteligência artificial pode contribuir para o desenvolvimento sustentável. Também é importante destacar que a evolução tecnológica na agricultura brasileira está acompanhando os desafios de cada conjuntura, contemplando a capacitação do produtor rural e a busca por maior produtividade de forma sustentável.

Assim, a ligação entre TIC e a contabilidade, impulsiona a inovação e preservação ambiental. Os dados produzidos nos sistemas, aliados à tecnologia digital, oferece informações mais completas e fidedignas dos rendimentos das propriedades familiares, ajudando a fortalecer o progresso sustentável da agricultura familiar.

2.6 GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

As pessoas estão cada vez mais informados e exigentes, assim, passam a cobrar das empresas iniciativas ambientais e resultados efetivos. O compromisso com a sustentabilidade

e a utilização de práticas ecologicamente responsável resulta na melhoria da performance dos sistemas (Murugesan, 2008); (Sartori et. al, 2014). Para avaliar a necessidade de mensurar a melhor adequação da gestão ambiental em contrapartida a ampliar o acesso às informações, bem como o desempenho de políticas públicas eficazes, na gestão socioambiental. Segundo Freitas (2018), os debates tecidos acerca do desenvolvimento sustentável são frequentes, por consequência da preocupação com a escassez dos recursos naturais não renováveis e, com a perpetuação da qualidade de vida da população no Brasil e no mundo, na ótica da sustentabilidade (Sachs, 2009). O que traz o repensar sobre as atividades dos seres humanos, e os impactos socioambientais. Logo emana a necessidade de equalizar com os governos, com as lideranças de organizações e com a sociedade, por meio dos programas, projetos e políticas públicas adequados, a fim de reduzir, mitigar e até extinguir os riscos ao consumo destes recursos (Berté, 2009 e 2013).

Como se pode observar, a responsabilidade social está integralmente presente no contexto empresarial do dia a dia. Isso porque, para que uma empresa seja considerada socialmente responsável, é essencial que ela atue com responsabilidade e ética em todas as áreas, indo além do mero cumprimento de obrigações perante a sociedade e o meio ambiente com o único objetivo de obter reconhecimento e lucro. Em vez disso, a empresa deve buscar um equilíbrio entre o desenvolvimento da sociedade e do meio ambiente em que está inserida, por meio de ações de cunho social e ambiental. (Galvão *et al*, 2020.)

Atualmente, com a globalização e sua integração acelerada, as organizações têm acesso instantâneo a ideias e soluções. Todas as decisões estão sujeitas a comparações com outras empresas, o que promove aprendizado e oferece respostas para questões levantadas. Essas questões estão diretamente ligadas a políticas sociais globais, como saúde, meio ambiente, pobreza e dependência econômico-financeira dos países. São assuntos que ultrapassam as fronteiras geográficas das corporações, mas mantêm sua importância, sendo essencial abordá-los em qualquer momento. (Barbosa et al, 2020)

Durante os anos 1990, a responsabilidade social ganhou destaque no meio empresarial brasileiro, passando a fazer parte de um conjunto de ações sociais que a empresa desenvolve para atender às necessidades de seus empregados internamente, o que contribuiu para a formação da ideia de "Responsabilidade Social Corporativa". As ações sociais desenvolvidas externamente têm como foco o atendimento ao público mais necessitado, vulnerável ou em situação de risco social. Nessas ações, o apoio ao poder público dado pelas empresas se deve

ao reconhecimento da incapacidade do Estado em lidar com as questões sociais que afetam o país. (Queiroz *et al*, 2020)

Permitindo avaliar o desempenho econômico à luz de indicadores de sustentabilidade, a contabilidade se insere como instrumento de mensuração e controle por meio de registros e análise de custos ambientais e sociais, contribuindo para a redução de desperdícios, com o uso racional dos recursos naturais e fortalecimento da responsabilidade socioambiental das unidades produtivas.

2.6.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Conferência de Estocolmo é de fato um marco importante no processo de cisão no Discurso do Desenvolvimento. A partir das disputas de poder travadas no espaço político discursivo configurado ali, tanto a degradação do meio ambiente quanto a necessidade de preservá-lo foram vinculadas, direta ou indiretamente, ao discurso do desenvolvimento. A relação entre meio ambiente e desenvolvimento foi transformada em um campo de problematizações, passando a ser formulada como questão e emergindo como um problema político e campo de disputas de poder. Esse momento foi crucial para a conscientização global sobre a interdependência entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. (Machado, 2005).

O Relatório Brundtland, ao construir a ideia de desenvolvimento sustentável, procurou consolidar o movimento iniciado em Estocolmo, no sentido de reafirmar as prioridades do desenvolvimento capitalista baseado no industrialismo diante dos questionamentos intensificados pelos novos movimentos sociais, principalmente o ambientalismo. Esses questionamentos se referiam aos limites da expansão desse modelo, especialmente no que dizia respeito à progressiva degradação do meio ambiente e das condições de sobrevivência no planeta resultantes dessa expansão. O postulado ético apresentado como definição do conceito de desenvolvimento sustentável buscou conciliar as necessidades de desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, reconhecendo a interdependência entre ambos. Essa abordagem reflete a tentativa de encontrar um equilíbrio entre o crescimento econômico e a proteção do meio ambiente. (Machado, 2005).

O conceito de desenvolvimento sustentável envolve um processo de mudança social no qual a exploração dos recursos, as opções de investimento, o progresso tecnológico e as reformas institucionais ocorrem de maneira coordenada. Isso amplia as atuais e futuras possibilidades de satisfazer as necessidades e aspirações humanas. A ideia fundamental é

garantir que as gerações presentes atendam às suas necessidades sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Essa abordagem busca promover um equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento, visando garantir um futuro sustentável para todos. (CDMAALC, 1990, p. 117). Apud (Machado, 2005).

Em um modelo de gestão, a contabilidade se integra no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento sustentável, transformando a realidade dos produtores, levando a capacidade de manterem suas atividades de forma economicamente viável, ambientalmente responsável e socialmente justa.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

Analisar o processo na formação de preços agrários na agricultura familiar a partir da experiência da Comunidade Quilombola Cazumba I, no município de Senhor de Bonfim/BA. Em seu comprimento, os objetivos específicos são:

- Descobrir a administração dos recursos, para a formação dos preços dos produtos na agricultura familiar;
- Identificar os principais fatores de controle, na formação do preço de forma que o preço adotado na venda seja suficiente para o sustento do negócio.
- Identificar quais ferramentas os agricultores utilizam como método, e estratégias desenvolvidas para elaboração de preços.
- Criar uma cartilha para a gestão do preço na agricultura familiar.

4. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia é um recurso que traz vantagens tanto para a comunidade científica quanto para a sociedade em geral, pois ajuda os envolvidos no processo de desenvolvimento do trabalho científico de diversas maneiras. (Galvão *et al*, 2020)

A presente pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem exploratória, com a integração de métodos qualitativos e quantitativos na análise dos dados coletados. O desenho metodológico adotado incluirá levantamentos detalhados e sistemáticos, fundamentados em análises e investigações aprofundadas sobre a ótica da agricultura familiar. A pesquisa buscou compreender os processos subjacentes à aplicação de recursos e sua influência na formação dos preços de venda dos produtos oriundos deste segmento. Para tanto, foi realizada uma coleta de dados abrangente, envolvendo entrevistas, aplicação de questionários estruturados e semiestruturados, além da análise documental de registros. O estudo pretende não apenas descrever as práticas correntes, mas também identificar padrões, desafios e oportunidades que contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar no contexto socioeconômico brasileiro.

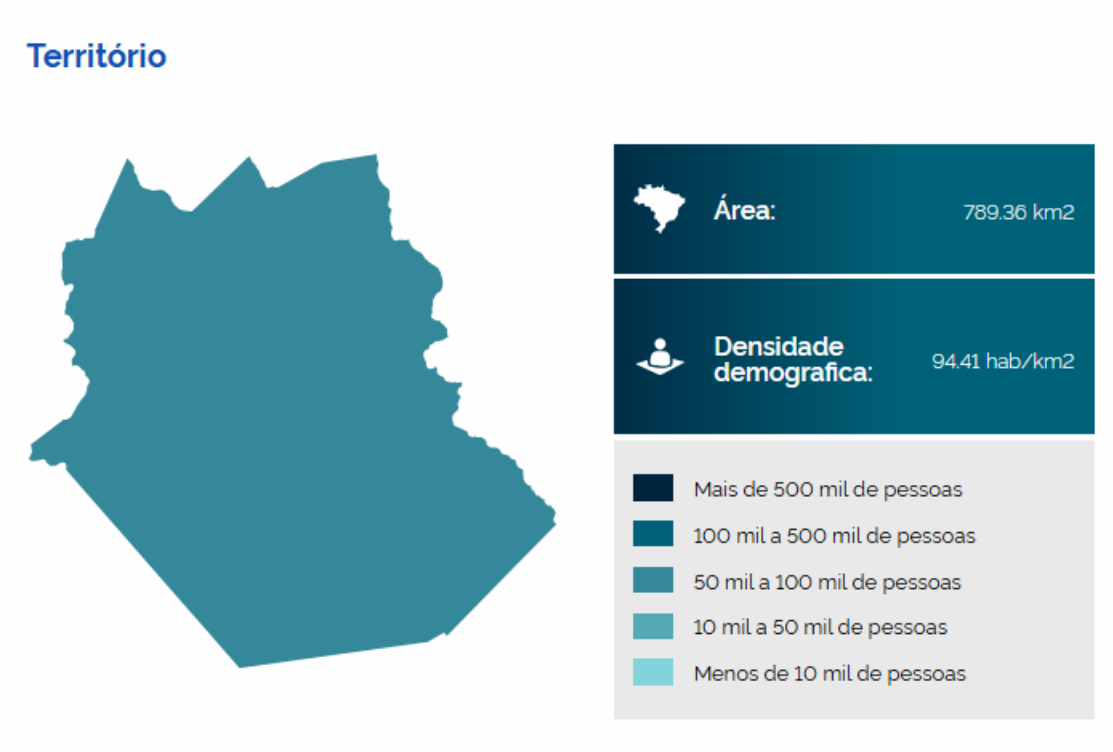
Segundo Lösch *et al*. (2023), a pesquisa exploratória tem se destacado como uma abordagem amplamente utilizada na investigação de fenômenos complexos, ao buscar compreender eventos que demandam um exame aprofundado. Nesse contexto, o pesquisador, com o objetivo de engajar os sujeitos no processo investigativo, pode recorrer a uma variedade de ferramentas metodológicas para a coleta de dados. Essa multiplicidade de métodos não apenas facilita a captação do objeto de estudo, mas também permite a triangulação de dados por diferentes perspectivas, promovendo um aprofundamento significativo no entendimento do fenômeno investigado.

4.1 LÓCUS

A cidade de Senhor do Bonfim, situada no sertão do Estado da Bahia, destaca-se por sua relevância socioeconômica e histórica na região. Localizada a aproximadamente 375 quilômetros da capital estadual, Salvador, o município apresenta uma população estimada em 74.523 habitantes, de acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A localização geográfica de Senhor do Bonfim, em pleno semiárido baiano, insere a cidade em um contexto de desafios e potencialidades característicos dessa

microrregião, influenciando diretamente os aspectos culturais, econômicos e sociais que moldam o cotidiano de seus moradores.

Figura 6- Área territorial de Senhor do Bonfim.



Fonte: IBGE, 2022.

Senhor do Bonfim, localizada no estado da Bahia, destaca-se como um dos mais relevantes territórios no que tange à presença de comunidades quilombolas no Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a cidade apresenta uma média de 15.999 pessoas que se autodeclaram quilombolas, configurando-se como a localidade com o maior número absoluto desse segmento populacional em território nacional.

Essa expressiva concentração reforça a relevância do município enquanto polo de resistência histórica e cultural, evidenciando a perpetuação das tradições, costumes e modos de vida característicos das comunidades quilombolas. Além disso, o dado também estimula reflexões sobre as políticas públicas voltadas a essas comunidades, os desafios enfrentados em termos de direitos territoriais e a necessidade de valorização da memória coletiva afro-brasileira.

4.1.1 COMUNIDADE QUILOMBOLA CAZUMBA I

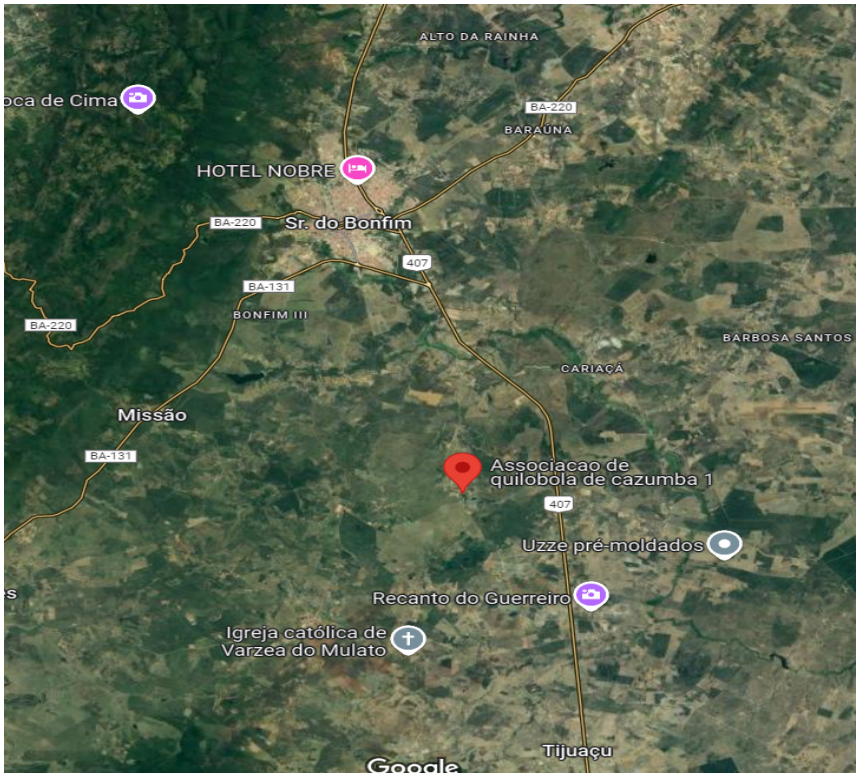
O cenário geral de estudo foi na comunidade quilombola Cazumba I, que possui cerca de 200 pessoas, tendo a ASSOCIACAO QUILOMBOLA DE CAZUMBA I como responsável pela comunidade, e fica localizado no município de Senhor do Bonfim – Ba**.**

A comunidade de Cazumba I, constitui-se como um importante marco histórico e social devido à sua longa trajetória, que remonta a mais de um século. O reconhecimento oficial da condição centenária dessa comunidade foi resultado de uma pesquisa interdisciplinar conduzida por historiadores, antropólogos e outros estudiosos, os quais realizaram um levantamento documental minucioso. Este estudo revelou que a presença de moradores na localidade datava de aproximadamente cem anos, desde o estabelecimento dos primeiros habitantes na região, (Dias, 2019).

Originalmente denominada Serraria, a comunidade de Cazumba I surgiu por volta da década de 1950. Contudo, a origem do nome "Cazumba" permanece envolta em incertezas, tanto em relação ao seu significado quanto à razão exata para a escolha dessa denominação. Relatos populares indicam que o nome pode ter sido inspirado pela presença de uma carcaça de animal encontrada nas proximidades da comunidade. Esse elemento, aparentemente trivial, acabou por fomentar narrativas que desempenham um papel significativo na construção do imaginário social e cultural local, (Dias, 2019).

A partir dessa perspectiva, o estudo sobre a comunidade de Cazumba I transcende a mera delimitação cronológica ou factual. Ele convida a reflexão sobre como os espaços geográficos se tornam territórios simbólicos por meio das interações humanas, das memórias coletivas e das narrativas construídas ao longo do tempo. Assim, a história de Cazumba I não apenas reflete a evolução de uma comunidade em termos materiais, mas também destaca sua relevância enquanto lócus de identidade e resistência cultural.

Figura 7- Localização geográfica do Povoado de Cazumba I



Fonte: Google maps, 2024.

O presente estudo foi conduzido com 10 participantes, sendo oito agricultoras, todas maiores de idade, dos quais oito são mulheres, vinculados ao Centro Público de Economia Solidária Piemonte da Diamantina – Senhor do Bonfim (CESOL), além do presidente da associação local e de um representante da comunidade quilombola. O CESOL desempenha um papel fundamental no apoio técnico e gerencial às iniciativas dos agricultores associados, promovendo assistência periódica com frequência trimestral. Essa assistência busca fomentar o fortalecimento das práticas de economia solidária, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável na região do Piemonte da Diamantina.

Adotou-se uma abordagem exploratória, integrando métodos qualitativos e quantitativos para a análise dos dados coletados. O delineamento metodológico da investigação foi estruturado com base em levantamentos detalhados e sistemáticos, apoiados em análises aprofundadas e rigorosamente fundamentadas. Essas investigações buscaram compreender as dinâmicas da agricultura familiar sob uma perspectiva ampliada, considerando os aspectos sociais, econômicos e culturais que permeiam a atuação dos agricultores e o papel das instituições de apoio, como o CESOL, no fortalecimento da economia solidária e no desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

4.1.2 PRODUTO FINAL

Inicialmente, foi conduzida uma análise detalhada das variáveis que influenciam a formação de preços, tais como custos diretos e indiretos, margens de lucro, sazonalidade, impacto de políticas públicas e flutuações do mercado local. Este estudo abrange também os métodos utilizados atualmente pelos agricultores para a precificação, buscando identificar lacunas e oportunidades para melhorias.

A cartilha denominada Gestão e Controle de Custos é apresentada como um recurso focado em sistematizar e melhorar as práticas de administração produtiva no cenário da agricultura familiar e pequenos negócios rurais. Mesmo sendo redigida em uma linguagem simples, suas bases se conectam diretamente ao conhecimento teórico da contabilidade de custos, estabelecendo uma conexão entre a ciência e a aplicação prática nas unidades produtivas rurais. Desse modo, uma análise da cartilha permite destacar contribuições teóricas e suas implicações práticas que podem direcionar estratégias de autogestão e sustentabilidade econômica e social.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Administração dos recursos e formação de preços na agricultura familiar

A gestão financeira eficiente é um fator crucial para a sustentabilidade e o crescimento de qualquer empreendimento, inclusive aqueles do setor agrícola. Contudo, é notório que muitos agricultores não têm a hábito de manter um controle sistemático dos valores recebidos com a venda de seus produtos. A ausência de mecanismos estruturados, como planilhas de acompanhamento financeiro ou livros-caixa para registro de entradas e saídas, resulta em um impacto significativo sobre os fluxos financeiros do negócio. Este cenário compromete a transparência na distribuição justa dos valores entre os produtores envolvidos, além de dificultar o planejamento de investimentos futuros.

A precificação dos produtos da agricultura familiar deve considerar os custos diretos de produção, assegurando uma margem de lucro que permita o sustento do negócio. A definição de preços adequada proporciona não apenas a cobertura de custos operacionais e de manutenção, mas também a geração de renda para os agricultores, permitindo que invistam em materiais e equipamentos que permitam a ampliação da produção e o atendimento a uma demanda crescente. Contudo, a prática observada entre os agricultores revela que, apesar de o custo da mão de obra ser, frequentemente, incorporado ao preço final dos produtos, a gestão dos recursos financeiros gerados não é eficaz.

Durante uma entrevista realizada com uma produtora rural, esta expôs a seguinte questão:

> Nós temos uma tesoureira que faz os repasses para todas as agricultoras, quando recebemos o dinheiro, principalmente de encomendas grandes como no caso do PNAE, fazemos a divisão desses valores para todas. Não anotamos muito para ter esse controle todo, não somos boas com cálculo ou matemática, e não temos muito conhecimento. Se tivesse uma apostila de como fazer isso, ajudaria muito pois podíamos pegar para consultar quando tivéssemos dúvidas, (Agricultora A).
>
> Os preços dos nossos produtos são passados para o PNAE de acordo com os valores mostrados na planilha que o pessoal do CESOL nos informam. Eles vêm aqui, faz o acompanhamento e nos diz como melhorar nossos preços e passamos para o pessoal do PNAE e para quem compra com a gente, (Agricultora B).

As agricultoras que trabalham de forma coletiva somam os valores obtidos com as vendas e distribuem os ganhos de forma equitativa entre as partes envolvidas no processo produtivo. Contudo, é perceptível a ausência de um planejamento financeiro estruturado que possibilite a aplicação de recursos para reinvestimento e manutenção dos equipamentos

utilizados na produção. A falta de recursos financeiros para reposição de equipamentos e conservação dos instrumentos de trabalho pode comprometer a continuidade e a eficiência das operações a longo prazo. O problema se agrava à medida que os equipamentos sofrem desgaste natural e necessitam de reparos ou substituições, o que pode gerar custos inesperados que podem comprometer a viabilidade do empreendimento.

No contexto da agricultura familiar, a gestão eficiente das matérias-primas revela-se um desafio constante, especialmente diante da necessidade de minimizar desperdícios e otimizar recursos. Nesse cenário, agricultoras dedicadas à produção de alimentos têm compartilhado experiências enriquecedoras sobre como aprimoraram o controle dos insumos, evidenciando a importância da assistência técnica proporcionada por instituições especializadas, como o Instituto Federal Baiano de Senhor do Bonfim (IF Baiano).

Antes da intervenção dos profissionais do IF Baiano, essas agricultoras enfrentavam dificuldades no controle preciso da quantidade de ingredientes utilizados na produção. Isso resultava em um desperdício considerável de matérias-primas, o que impactava diretamente os custos de produção e a rentabilidade dos empreendimentos. Além disso, a falta de um padrão na gramatura dos ingredientes gerava inconsistências nos produtos finais, elevando e tornando imprevisíveis os custos operacionais.

A chegada dos profissionais do IF Baiano trouxe uma transformação significativa para o cenário atual. Após realizarem um estudo minucioso sobre os insumos e suas respectivas quantidades, esses especialistas elaboraram um manual técnico que organizou os processos produtivos de maneira clara e eficiente. Esse documento tornou-se uma referência valiosa para as agricultoras, possibilitando um controle mais rigoroso sobre as matérias-primas em cada etapa da produção.

Seguindo as diretrizes do manual, as agricultoras conseguiram reduzir consideravelmente os desperdícios, o que teve um impacto positivo na sustentabilidade financeira de suas atividades. O controle preciso das quantidades utilizadas levou à otimização dos custos, evitando aumentos desnecessários nos preços e assegurando uma margem de lucro mais estável. Além disso, a padronização dos produtos resultou em benefícios adicionais, como o aprimoramento da qualidade e a maior satisfação dos consumidores.

A análise dos impactos dessa intervenção evidencia a relevância do conhecimento técnico e da gestão eficiente de recursos para o êxito das atividades produtivas no setor agroindustrial. O caso em questão ilustra como a implementação de técnicas de controle e padronização pode favorecer a sustentabilidade econômica das pequenas propriedades rurais, tornando-as mais competitivas no mercado.

A transferência de conhecimentos técnicos e a capacitação dos produtores rurais configuram-se como estratégicas eficazes para fomentar a eficiência produtiva, minimizar desperdícios e assegurar a sustentabilidade da agricultura familiar. Portanto, esse exemplo reforça a necessidade de expandir programas de assistência técnica voltados aos pequenos produtores, garantindo que esses conhecimentos sejam amplamente disseminados e aplicados de forma consistente.

5.2 Economia solidária e atuação do CESOL

A Economia solidária nos últimos anos, tem se apresentado como uma alternativa inovadora na geração de trabalho e renda, redefinindo as relações de produção, comercialização e consumo. Fundamentada em princípios de trabalho sem exploração, sem tirar vantagem e com práticas sustentáveis em favor da inclusão social. Nesse sentido, a economia solidária fortalece grupos econômicos e sociais por meio da constituição de associações, redes de cooperações e cooperativas que trabalham na prestação de serviços, finanças solidarias, comércio justo e consumo solidário. Essas experiências demonstram não apenas a viabilidade de modelos econômicos alternativos ao capitalismo tradicional, mas também sua capacidade de promover o desenvolvimento socioeconômico baseado na justiça social, na valorização do trabalho e na sustentabilidade ambiental, (ECOSOL, 2013).

A lei nº 12.368 de 13 de dezembro de 2011 dispõe;

> I - Economia Solidária - conjunto de iniciativas que visa a organizar a produção de bens e de serviços, o acesso e a construção do conhecimento, a distribuição, o consumo e o crédito, em consonância com princípios e práticas que lhe são característicos;
>
> II - Atores do Ambiente de Economia Solidária - os Empreendimentos, as Redes de Empreendimentos, os Consumidores, as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento, os Fóruns e o Poder Público;

> III - Princípios da Economia Solidária - a autogestão, a democracia, a solidariedade, a cooperação, a equidade, a valorização do meio ambiente, a valorização do trabalho humano, a valorização do saber local e a igualdade de gênero, geração, etnia e credo;
> IV - Práticas da Economia Solidária - a autonomia institucional, a democratização dos processos decisórios, o exercício de atividade econômica em organização autogestionária e coletiva de padrão comunitário e solidário de estruturação e relações sociais, o comércio justo, o consumo consciente, as finanças solidárias e a agregação de finalidades econômica e social;
> V - Empreendimentos de Economia Solidária - os entes privados que atendam a princípios e práticas da economia solidária, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades de trabalho, produção, distribuição, consumo, poupança e/ou crédito, (Brasil, 2011).

A Economia Solidária emerge como uma resposta concreta às limitações e exclusões inerentes ao sistema capitalista tradicional. Permeia-se pelas necessidades coletivas e de objetivos comuns de indivíduos. Fundamentada em princípios de justiça social, a Economia Solidária propõe a criação de alternativas econômicas pautadas na cooperação, (Silva, 2019).

> A tentativa de bater o grande capital varejista com suas próprias armas só teve um resultado: a perda dos valores próprios do cooperativismo. Mesmo quando as cooperativas conseguiram se reformular, igualando-se às gigantescas redes de lojas e hipermercados, garantindo sua parte do mercado, os consumidores nada ganharam com isso. Nem os empregados das cooperativas. Onde o cooperativismo de consumo pode ombrear com qualquer concorrente que visa ao lucro é nos serviços em que a qualidade é importante, mas não pode ser verificada antes que o serviço seja prestado, ou seja, em que uma relação de confiança é imprescindível entre prestador e consumidor. É por isso que as cooperativas escolares, habitacionais, de seguros e semelhantes continuam fortes ante a concorrência do grande capital, (Singer, 2002, p.59).

O Centro Público de Economia Solidária (CESOL), é um instrumento importante no fortalecimento da promoção do trabalho coletivo, na articulação para formação da expressão cultural e articulação social consolidando as políticas públicas transversal da economia solidária. O CESOL tem sido muito importante para a política pública estratégica do Estado para fomentar e fortalecer a economia solidária, trazendo apoio direto aos empreendimentos, (Santos, 2021).

Figura 8- CESOL de Senhor do Bonfim.

Fonte: Autor, 2025.

O CESOL tem um papel fundamental para o fortalecimento da comunidade, promovendo assessoria técnica e acompanhando de forma contínua as produtoras envolvidas. As visitas são realizadas trimestralmente, garantindo a sustentabilidade e promovendo um ambiente colaborativo e propício à inovação social. Essas visitas representam um mecanismo essencial para garantir a eficácia das políticas de economia solidária, proporcionando um suporte técnico contínuo e promovendo um ambiente de desenvolvimento inclusivo e sustentável A periodicidade do acompanhamento trimestral é definida de forma estratégica para melhoria na autonomia das produtoras.

O modelo de assessoria do CESOL é fundamentado nos princípios da economia solidaria que valoriza o cooperativismo, fortalecendo as comunidades locais, estimulando os processos decisivos de forma coletiva e influenciando práticas sustentáveis. É desempenhado um papel crucial na articulação das redes de colaboração entre os diversos empreendimento da economia solidaria. Esse intercâmbio favorece a construção de uma colaboração entre as comunidades, aumentando a capacidade produtiva não de forma individual mais coletiva.

No dia 20 de outubro de 2021, o Centro Público de Economia Solidária (CESOL) de Senhor do Bonfim, localizado no estado da Bahia, realizou sua primeira visita técnica à Comunidade de Cazumba I. Esta ação marcou o início de um processo de aproximação institucional com o território, visando fortalecer os laços entre o CESOL e os

empreendimentos rurais. A equipe técnica responsável, apresentou a comunidade os princípios da CESOL, destacando sua função enquanto agente de promoção da economia solidária. O diálogo enfatizou a relevância deste modelo econômico como alternativa ao sistema convencional, pautando-se em valores como autogestão, cooperação e desenvolvimento sustentável. Ademais, foram expostas as competências institucionais do CESOL, incluindo o suporte técnico e metodológico oferecido às iniciativas comunitárias, além das perspectivas socioeconômicas advindas da assistência, como a potencial geração de renda, o fortalecimento das redes produtivas locais e o empoderamento social dos envolvidos.

Figura 9- Visita técnica de 2021.

Fonte: Cesol, 2021.

Este encontro reforça a relevância da economia solidária como uma opção viável para o fortalecimento das comunidades quilombolas, incentivando a inclusão produtiva e a autonomia financeira dos seus membros. A iniciativa também evidencia o papel do CESOL como agente de fomento ao desenvolvimento sustentável, articulando redes de cooperação e estratégias de fortalecimento da produção comunitária.

Figura 10- Visita a associação

Fonte: Cesol, 2021.

Visita técnica realizada pelo CESOL à Associação Quilombola de Cazumba I teve como objetivo principal apresentar e difundir os princípios da economia solidária, bem como introduzir o funcionamento da assessoria técnica oferecida pelo centro em questão. Durante a visita, foram discutidos tópicos fundamentais da economia solidária, tais como a autogestão, o cooperativismo e a sustentabilidade econômica e social das iniciativas produtivas locais.

A planilha do Estudo de Viabilidade Econômica (EVE), apresentada pelo CESOL, desempenha um papel fundamental na formação de preços dos produtos, oferecendo uma ferramenta eficiente e prática para o controle de custos e definição do preço de venda. Sua interface amigável facilita o manuseio, permitindo que empreendedores e gestores utilizem o sistema com relativa facilidade, mesmo sem conhecimentos avançados em contabilidade. No entanto, um desafio significativo para a eficácia dessa ferramenta é o conhecimento limitado sobre custos por parte dos usuários. Muitas das vezes, os técnicos responsáveis pelo preenchimento da planilha não têm domínio adequado dos conceitos de custos fixos, variáveis e diretos, o que compromete a precisão dos dados inseridos e, consequentemente, a exatidão dos preços sugeridos. Esse desconhecimento pode gerar distorções na formação do preço de venda, levando a prejuízos ou margens de lucro inadequadas.

A correta alocação de custos e despesas durante o levantamento de preços e importante para assegurar a precisão das informações obtidas. A distribuição inadequada desses elementos pode distorcer os resultados, comprometendo os resultados. Os erros podem impactar os indicadores de desempenho, como a margem de contribuição e ponto de equilíbrio, prejudicando o planejamento financeiro e a análise econômica.

A planilha de precificação utilizada pelo CESOL inicia com a aba de investimentos, que desempenha um papel fundamental na gestão financeira da agroindústria.

Figura 11- Quadro de Investimentos

Quadro de Investimentos				
Nº	**Itens**	**Quantidade**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1				R$ -
2				R$ -
3				R$ -
4				R$ -
5				R$ -
6				R$ -
7				R$ -
8				R$ -
9				R$ -
10				R$ -
11				R$ -
12				R$ -
13				R$ -
14				R$ -
15				R$ -
16				R$ -
17				R$ -
18				R$ -
19				R$ -
20				R$ -
21				R$ -
22				R$ -
23				R$ -
24				R$ -
25				R$ -
			SUBTOTAL	R$ -
		Outros		R$ -
			TOTAL	**R$ -**

Fonte: Cesol 2025.

Nesta seção, estão registrados todos os materiais e recursos aplicados na estrutura e operação da unidade agroindustrial, permitindo uma análise detalhada e organizada dos ativos alocados. Esses investimentos são fundamentais para a determinação do custo de produção, uma vez que envolvem desde a aquisição de equipamentos e insumos até as melhorias estruturais implementadas. A contabilização correta desses elementos na planilha é crucial assegurar que a precificação dos produtos seja adequada e reflita com precisão os custos reais envolvidos na produção. Além disso, a planilha permite um acompanhamento constante dos investimentos, permitindo ajustes financeiros ao longo do tempo, de acordo com as necessidades da agroindústria.

A tabela de depreciação é uma ferramenta fundamental para a contabilidade e a gestão financeira das empresas, pois fornece informações vitais sobre a depreciação dos ativos ao longo do tempo.

Figura 12- Quadro de depreciação

Quadro de Depreciação							
Nº	**Itens**	**Quantidade**	**Valor Unitário de Compra**	**Vida Útil (ano)**	**Valor Residual**	**Depreciação Anual**	**Depreciação Mensal**
1			R$ -			R$ -	R$ -
2			R$ -			R$ -	R$ -
3			R$ -			R$ -	R$ -
4			R$ -			R$ -	R$ -
5			R$ -			R$ -	R$ -
6			R$ -			R$ -	R$ -
7			R$ -			R$ -	R$ -
8			R$ -			R$ -	R$ -
9			R$ -			R$ -	R$ -
10			R$ -			R$ -	R$ -
11			R$ -			R$ -	R$ -
12			R$ -		R$ -	R$ -	R$ -
13			R$ -			R$ -	R$ -
14			R$ -			R$ -	R$ -
15			R$ -			R$ -	R$ -
16			R$ -			R$ -	R$ -
17			R$ -			R$ -	R$ -
18			R$ -			R$ -	R$ -
19			R$ -			R$ -	R$ -
20			R$ -			R$ -	R$ -
21			R$ -			R$ -	R$ -
22			R$ -			R$ -	R$ -
23			R$ -			R$ -	R$ -
24			R$ -			R$ -	R$ -
25			R$ -			R$ -	R$ -
					TOTAL	**R$ -**	**R$ -**

Fonte: Cesol, 2024.

Essa planilha apresenta dados como o valor residual, que representa a estimativa do valor que um ativo terá ao final de sua vida útil, além das parcelas de depreciação anuais e mensais, que demonstram a redução do valor do bem em cada período. A depreciação é um conceito crucial na apuração do custo dos produtos, refletindo a perda de valor dos ativos imobilizados, como máquinas, equipamentos e veículos, que desempenham um papel essencial na produção e operação das empresas. Ao incluir a depreciação nos custos, as organizações conseguem calcular de forma mais precisa sua rentabilidade e estabelecer os preços de venda dos produtos.

Figura 13- Informações sobre o produto

Empreendimento: **Associação Quilombola Cazumba I**
Atividade: **Agroindústria**

Informações Sobre o Produto

Produto
Sequilhos Doce

Produção Planejada:
Quantidade: **120** por Período: **Mês**
Unidade: **Potes**

Preço de Venda Unitário: **R$ 10,00**

Custo Variável de Venda:
Comissão sobre a venda: R$ -
Impostos sobre a venda: R$ -
Custo Variável Unitário: **R$ 5,64**
Margem de Contribuição: **R$ 4,36**

Informações sobre Custo Variável de Produção

Custos para produzir: **30** **Potes** **do Produto Sequilhos Doce**

	Itens	Levantamento dos preços			Consumo na produção		
		Quantidade	Unidade	Preço	Quantidade	Unidade	Custo
1	Fecula de Mandioca(Tapioca)	25	kg	R$ 120,00	7,5	kg	R$ 36,00
2	Açúcar	10	kg	R$ 35,00	3	kg	R$ 10,50
3	Margarina	1	kg	R$ 13,00	2,81	kg	R$ 36,53
4	Ovos	12	Unidade	R$ 10,00	38	Unidade	R$ 31,67
5	Fermento	125	gr	R$ 8,25	75	gr	R$ 4,95
6	Embalagens 1000ml	24	Unidade	R$ 25,00	30	Unidade	R$ 31,25
7	Rótulo	50	Unidade	R$ 30,00	30	Unidade	R$ 18,00
8	Gás	13	kg	R$ 100,00	0,053	kg	R$ 0,41
9							R$ -
10							R$ -
11							R$ -
12							R$ -
13							R$ -
14							R$ -
15							R$ -
						SUBTOTAL	**R$ 169,30**
				Perdas			R$ -
						TOTAL	**R$ 169,30**

Fonte: Cesol, 2024.

A presente planilha ilustra a aplicação do método de custeio variável para a formação de preço de venda. Incialmente, é realizado o levantamento dos custos variáveis envolvidos na produção de 30 potes de sequilhos, utilizando as quantidades, unidades de medida e valores unitários. Esse procedimento possibilita apurar o custo total de produção no presente caso, foi de R$: 169,30. Para obtenção do custo unitário por pote, o valor total é dividido pela quantidade produzida, resultando em R$: 5,64 por unidade.

No entanto, o custeio variável não incorpora os custos fixos ao cálculo do custo unitário, considerando apenas os custos e despesas variáveis diretamente relacionados à produção. Os custos fixos são cobertos pela margem de contribuição. Essa margem é o montante que sobra da receita obtida com as vendas, após a subtração dos custos e das despesas que variam. Essa folga financeira visa cobrir as despesas fixas e produzir ganhos. Portanto, dizer que a margem de contribuição é "acrescentada ao valor de venda" indica que a precificação do produto deve ser estruturada para incorporar, além dos custos variáveis por unidade, o montante referente à margem fundamental para quitar os custos fixos e garantir a lucratividade do negócio. Simplificando, a margem de contribuição define não só o volume de lucro almejado, mas também a porcentagem do valor de venda que protege a viabilidade financeira da empresa.

Para saber o preço de venda desse produto vamos considerar o seguinte cálculo:

$$\text{Preço de Venda} = \frac{\text{Custo Variável Unitário}}{1 - \text{Margem de Contribuição Desejada (\%)}}$$

Custo variável unitário: R$:5,64

Margem de Contribuição Desejada: 40% para fins didáticos

Teríamos um preço de venda unitário de R$: 9,40, tendo uma margem de R$:3,76

Para aumentar a margem de contribuição em processo produtivo, é importante medidas estratégicas que promovam o aumento da produtividade sem impactar negativamente o preço final do produto. Considerando de forma hipotética 120 unidades de sequilhos, com a utilização total dos insumos, o custo unitário seria de R$:2,84, tendo o preço de venda de R$:10,00, o cenário resultaria em uma margem de R$: 7,16. Porém, os valores tanto unitários, quanto a margem de contribuição varia muito da produção. Flutuações nos custos dos insumos, desperdícios durante o processo produtivo e oscilações na demanda podem impactar diretamente esses indicadores econômicos.

Figura 14- Demonstrativo dos dados levantados

Quadro de Resultados e Ponto de Equilíbrio

Receita Total =	**R$**	**1 200,00**
Custo Total =	**R$**	**1 066,47**
Custo Fixo	R$	389,25
Custo Variável	R$	677,22
Saldo =	**R$**	**133,53**

Ponto de Equilíbrio	**R$**	**893,49**

Quadro de Resultado de Produção

	Produtos	Quantidade Produzida	Preço Venda	Receita do Produto	Custos Variável Unitário	Custos Variável Total	Margem de Contribuição Unitária	Margem de Contribuição Total	Quantidade no ponto equilíbrio
1	Sequilhos Doce	120	R$ 10,00	R$ 1 200,00	R$ 5,64	R$ 677,22	R$ 4,36	R$ 522,78	**89**
2		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
3		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
4		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
5		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
6		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
7		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
8		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
9		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
10		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
11		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
12		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
13		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
14		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
15		-	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	**0**
			TOTAL.....	**R$ 1 200,00**	.....	**R$ 677,22**	.....	**R$ 522,78**	

Fonte: Cesol, 2024.

Na parte final da planilha apresentada, observa-se um quadro de resultados obtidos após os preenchimentos realizados. Esse quadro permite uma análise crítica do desempenho financeiro dos produtos em questão. O ponto de equilíbrio, evidenciado na planilha, reflete a relação entre as receitas e custos envolvidos na produção. teve um resultado positivo já que a

receita total é maior do que seus custos. De acordo com os dados apresentados, verifica-se que os resultados obtidos indicam um desempenho financeiro positivo para os produtos produzidos, pois a receita total gerada supera os custos totais de produção.

5.3 Produção e comercialização de alimentos na comunidade de Cazumba I: uma perspectiva da economia solidária

A comunidade de Cazumba I, localizada na zona rural do município de Senhor do Bonfim, desempenha papel fundamental na dinâmica socioeconômica da região rural bonfinense, especialmente tratando de agricultura familiar e produção artesanal como fonte principal de sustento. As mulheres da comunidade que são assistidas pelo CESOL, fabricam bolos, sequilhos, beiju simples e recheados, sendo responsáveis não apenas pela elaboração desses produtos, mas também por sua comercialização.

A produção desses alimentos ocorre de maneira estruturada, com dias específicos na semana destinados às atividades de fabricação e comercialização. Essa organização administra as formas de produção e a adequação às demandas do mercado local. Em período de grande demanda, que acontece nos períodos de festividades, a produção aumenta significativamente, levando as produtoras a trabalharem diariamente para atender as exigências do mercado. Tal dinâmica revela a flexibilidade e a capacidade de adaptação das trabalhadoras rurais frente às variações de demanda, características essenciais para a sustentabilidade econômica da comunidade.

Figura 15- Unidade de produção da Comunidade de Cazumba I

Fonte: Autor, 2025.

A produção artesanal de bolos, sequilhos e beiju na comunidade de Cazumba I não apenas garante o sustento das famílias locais, mas também desempenha um papel essencial na segurança alimentar e na economia regional. Além disso, a preservação dos saberes tradicionais e das práticas sustentáveis na produção de alimentos reflete a importância cultural dessa atividade para a identidade da comunidade.

Figura 16- Produto para comercialização.

Fonte: Autor, 2025.

As produtoras destinam sua produção tanto ao consumo interno da comunidade quanto à comercialização em mercados mais amplos. Uma das principais estratégias de escoamento da produção é a venda direta à comunidade em feiras e pontos de distribuição locais. Além disso, um aspecto relevante dessa dinâmica produtiva é a participação das produtoras no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma política pública essencial para a promoção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

O PNAE é um programa que faz o repasse financeiro para atendimento aos estudantes, tem o objetivo de alcance da segurança alimentar e nutricional, participando ao mesmo tempo da agricultura familiar, (Almeida et al, 2022). A lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, fala

que os recursos oriundos do FNDE, no âmbito do PNAE, é que seja no mínimo 30% (trinta por cento) para utilizar na aquisição de gêneros alimentícios proveniente da agricultura familiar e empreendedor rural, tendo como prioridade os assentamentos da reforma agrária, as comunidades quilombolas, os grupos formais e informais de mulheres e, as comunidades tradicionais indígenas, (Brasil, 2009). A lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, alterando algumas especificações da anterior, estabelece que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher, e esteja entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios do programa, (Brasil, 2023).

Elas também participam ativamente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ampliando suas possibilidades de comercialização e consolidando a sustentabilidade do processo produtivo. A lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023 Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária, que incentiva a agricultura familiar e contribui para o acesso a alimentação saudável e de qualidade, (Brasil, 2023). Ao integrar os programas do PNAE e PAA, essas agricultoras ampliam seus canais de produção, reduzindo a dependência de mercados tradicionais, trazendo uma potencialização e segurança alimentar da população. O envolvimento das produtoras com esses programas governamentais demonstra a importância das políticas públicas na promoção da autonomia produtiva e na construção de modelos sustentáveis de desenvolvimento.

5.4 Ferramentas culturais e estratégias de precificação

A precificação é um desafio para pequenos produtores, principalmente quando se utiliza o método de custeio variável, como é o caso de organizações que são assistidas por cooperativas de economia solidária (CESOL).

A dificuldade na formação de preço para as agricultoras reside no fato dos consumidores compararem frequentemente os produtos das produtoras com aqueles ofertados em mercados tradicionais, onde a lógica de precificação pode diferir substancialmente. Com economias de escala e outras dinâmicas mercadológicas que permitem práticas de precificação mais agressivas. Ao serem expostos com preços considerados elevados em relação a concorrência, os consumidores relutam na aquisição de produtos proveniente da economia solidária.

Diante desse cenário, as produtoras frequentemente optam por ajustar os preços com base nos valores de mercado, buscando um alinhamento competitivo. Apesar de parecer interessante, e busque mitigar a resistência do consumidor, tem resultados significativos nos lucros e sustento financeiro das organizações. Muitas vezes, em função da pressão competitiva e da comparação direta com os preços praticados no mercado convencional, essas produtoras acabam subvalorizando seus próprios produtos, vendendo-os por valores inferiores ao que seria considerado justo. Quando as produtoras reduzem os valores de seus produtos para o valor de mercado, estão comprometendo todo o processo de precificação e controle.

O CESOL fazendo seu acompanhamento, tem planilhas de precificação que detalha de forma simples e clara, todos os custos e despesas assim como o valor ideal para aquele produto, na tentativa de reduzir o descontrole e aumentos dos custos e despesas, levando o produto ao valor justo.

Em uma entrevista realizada com o responsável do CESOL de Senhor do Bonfim/BA, ele citou informações do que tem presenciado atualmente em relação a preço e mercado.

> Existem pessoas que compram os produtos lá na comunidade, e vem para feira livre ou até mesmos em mercados convencionais fazer a revenda de produto com valor elevado. Já presenciei vários produtos nas quais fazemos acompanhamento dos produtores e fico impressionado como as pessoas fazem isso de maneira tranquila, (Responsável do CESOL, 2025).

Nota-se que os intermediários enxergam chances de comprar produtos a preços mais baixos diretamente dos produtores. Em seguida, esses mesmos produtos são comercializados em mercados, feiras e outros locais de venda por preços consideravelmente mais altos, obtendo margens de lucro que não voltam para as empresas produtoras originais. Este fenômeno demonstra uma distorção no sistema de comércio solidário, no qual as produtoras assumem o maior risco produtivo e ficam com a parcela mais reduzida do valor agregado, enquanto os intermediários maximizam seus lucros com base em assimetrias de poder de negociação.

Diante dessa problemática, é importante pensar em estratégias de precificação que venha garantir a sustentabilidade financeira das produtoras, e que atendam as expectativas do mercado e do consumidor.

O papel da mulher na produção e comercialização de alimentos, especialmente em comunidades rurais como Cazumba 1, é marcado por desafios estruturais, a desigualdade no acesso a recursos e a sobrecarga de atividades domésticas e produtivas. No entanto, observa-se que essas mulheres têm se organizado coletivamente, buscando formas de fortalecer sua produção e ampliar seu acesso a mercados mais vantajosos.

5.5 Cartilha para elaboração de controle e gestão de custos.

A organização da cartilha seguiu um formato progressivo, começando pela definição de categorias principais da contabilidade como despesas, investimentos, desembolsos, custos, gastos, perdas e desperdícios, e avança até técnicas de precificação e métodos de custeio (absorção, variável e mark-up). Esse formato ressalta a importância de uma distinção terminológica clara, essencial para a análise contábil, ao mesmo tempo em que fornece exemplos práticos relacionados à produção de alimentos. Assim, se cria um material didático que combina clareza pedagógica com base acadêmica.

No âmbito teórico, a cartilha é fundamentada em autores clássicos e modernos da contabilidade de custos. Estas referências sustentam a discussão sobre as diferentes formas de custeio, destacando as consequências gerenciais das escolhas metodológicas. O custeio por absorção, por exemplo, é importante para atender às normas legais e fiscais, enquanto o custeio variável é útil para analisar a margem de contribuição e subsidiar decisões estratégicas em ambientes competitivos. Por outro lado, o método mark-up, que adiciona uma margem já definida ao custo, se apresenta como uma ferramenta simplificada, porém eficaz, para produtores familiares que precisam estabelecer preços de forma prática, sem ignorar a viabilidade econômica.

Um outro ponto importante é o foco na gestão estratégica de custos como fator de sustentabilidade. Ao abordar questões de desperdícios e perdas, a cartilha estende a reflexão para além do controle financeiro, integrando elementos de eficiência produtiva e responsabilidade socioambiental. A Cartilha de Gestão e Controle de Custos está diretamente alinhada aos princípios da agroecologia e da economia solidária. Sob a ótica da agroecologia, o material propõe práticas de gestão que valorizam a autossuficiência produtiva, o uso racional dos recursos e o fortalecimento das relações comunitárias, promovendo equilíbrio entre o aspecto econômico e ambiental da produção rural. Já no âmbito da economia solidária, a Cartilha contribui para a construção de uma lógica de cooperação e autogestão, ao oferecer ferramentas que permitem aos produtores compreenderem seus custos, precificarem de forma

justa e tomarem decisões coletivas mais conscientes. Portanto, não se trata apenas de um guia técnico, mas de um recurso de extensão que estimula inovações sociais e tecnológicas.

No âmbito da extensão rural, a cartilha atua como um meio para facilitar a transmissão do conhecimento. Seu formato visual, combinado com tabelas e exemplos práticos, transforma ideias complexas em diretrizes aplicáveis, ajudando na aprendizagem em grupo e na divulgação do saber contábil. Além de ensinar como calcular custos, o material sugere uma abordagem voltada para a gestão, promovendo o planejamento, a organização do tempo de trabalho, a valorização do esforço e a união da comunidade. Essa visão está alinhada com os princípios da extensão universitária crítica, que procura ir além da simples assistência e fomentar processos de formação que favorecem a emancipação.

Em resumo, a Cartilha de Gestão e Controle de Custos vai além de uma ferramenta prática, servindo como um recurso de empoderamento para os agricultores familiares, incentivando-os a administrar seus recursos de maneira mais autônoma, a definir preços justos para seus produtos e a fortalecer sua presença em mercados competitivos. Assim, o material reafirma a relevância da gestão de custos não só como uma área técnica, mas como uma estratégia de transformação social e econômica nas áreas rurais.

As entrevistas realizadas revelaram um conjunto de desafios na gestão de custos, em muitos casos, o preço é definido com base no preço de mercado ou na percepção dos valores, excluindo os cálculos feitos pelo CESOL. Essa ausência de controle contábil formal dificulta a avaliação da rentabilidade real das atividades e aumenta o risco de prejuízos.

Diante desse contexto, a elaboração da Cartilha de Gestão e Controle de Custos surge como uma proposta educativa e instrumental, criada para simplificar o entendimento dos conceitos contábeis e apoiar a tomada de decisão das produtoras na formação de preços sustentáveis e economicamente viáveis.

.5.6 COMPARATIVO DOS PREÇOS ALOCADOS AOS PRODUTOS

Após uma análise detalhada, foi realizada a comparação de três metodologias distintas de cálculo direcionadas à definição dos preços praticados pelos produtores ligados à CESOL. O objetivo desse exame comparativo foi entender a consistência, a aplicabilidade e a adequação de cada método às particularidades do contexto produtivo observado. Com base nessa análise rigorosa, foi possível identificar o método que demonstrou maior coerência em relação aos custos de produção, à dinâmica do comércio e às condições socioeconômicas do

ambiente em estudo, sendo, assim, considerado o mais adequado para guiar a formação de preços nos projetos que recebem apoio da instituição.

Quadro 4 – Tabela comparativa de preços estimados

Tabela Comparativa com Preços Estimados		
Método	**Base de Cálculo**	**Preço Final Sugerido**
Custeio Variável	R$ 14,66 (sem fixos)	**R$ 15,00**
Custeio por Absorção	R$ 14,66 + R$ 3,89 = R$ 18,55	**R$ 20,41**
Markup (30%) sobre custo variável	R$ 14,66 × 1,3	**R$ 19,06**
Markup (30%) sobre custo total	R$ 18,55 × 1,3	**R$ 24,12**

Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

A análise comparativa revela diferentes abordagens de formação de preços aplicadas às situações das agricultoras assistidas pela CESOL. Na tabela, observa-se que o método tradicionalmente utilizado pela instituição é o custeio variável direto, resultando em um preço indicado de R$ 15,00 por cada unidade do produto. Apesar de esse critério ser fácil de aplicar e oferecer alguma transparência para as produtoras, sua principal desvantagem é não abranger completamente os custos fixos do processo produtivo, o que pode prejudicar a sustentabilidade financeira do negócio a médio e longo prazos.

Ao ser comparado com outras metodologias como o custeio por absorção (R$ 20,41) e markup sobre custo variável (R$ 19,06) e custo total (R$ 24,12) — fica clara a diferença entre o valor praticado e o necessário para não apenas cobrir os custos, mas também obter uma margem de contribuição que possibilite sustentar os investimentos e garantir a continuidade da produção. Nesse contexto, ao considerar um aumento no preço de venda para R$ 19,00, observa-se um aumento expressivo na margem de contribuição, que passaria a ser de R$ 4,34 por unidade, diminuindo o ponto de equilíbrio para cerca de 90 bolos. Essa alteração se mostra estratégica para fortalecer a viabilidade econômica do grupo de produção, oferecendo mais segurança frente às variações do mercado.

Além do ajuste no preço de venda, a análise sugere outras alternativas complementares para aprimorar a sustentabilidade do processo: diminuição dos custos variáveis, por meio da negociação com fornecedores e melhoria da eficiência operacional; ampliação da escala de produção e vendas, aumentando o volume acumulado da contribuição; e uso combinado de metodologias de precificação, visando incorporar a simplicidade do custeio variável, mas

também garantir que os custos fixos sejam adequadamente considerados, como ocorre no custeio por absorção e no markup total. Essa consideração não se restringe apenas ao lado técnico da contabilidade de custos, mas relaciona-se diretamente com os fundamentos da economia solidária e da autogestão produtiva. Isso ocorre porque a fixação do preço precisa levar em conta tanto a viabilidade financeira quanto a equidade social e a valorização do trabalho das agricultoras. Dessa forma, o processo de definição de preços se transforma em um instrumento educativo e político, promovendo a autonomia das produtoras e permitindo uma prática econômica que se harmoniza melhor com a realidade da agricultura familiar e agroecológica.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa conclui-se com a elaboração de um estudo detalhado e abrangente sobre a gestão dos recursos aplicados e a formação do preço de venda de produtos e serviços da agricultura familiar. Foram analisados aspectos fundamentais relacionados à identificação, formação e aplicação de insumos e recursos existentes, assim como a composição de gastos, despesas diretas e indiretas de produção. O objetivo principal foi fornecer um arcabouço teórico e prático para melhorar a eficiência e sustentabilidade, promovendo o uso racional dos recursos.

O estudo destacou a relevância de se compreender e detalhar os custos envolvidos na cadeia produtiva. A análise foi direcionada para a identificação dos principais componentes dos gastos, permitindo aos produtores e criadores rurais uma visão clara sobre como alocar recursos de maneira mais eficiente. Este enfoque contribui para a sustentabilidade financeira das atividades agrárias, além de proporcionar condições mais competitivas no mercado.

Uma das contribuições mais significativas da pesquisa foi o desenvolvimento de ferramentas e indicadores que auxiliam na tomada de decisão por parte dos produtores. Esses indicadores foram projetados para oferecer uma visão ampla e integrada das atividades produtivas, considerando tanto os aspectos econômicos quanto os socioambientais.

Ademais, a pesquisa propôs reflexões sobre a necessidade de discussão e formulação de políticas públicas que abordem de forma mais eficiente os desafios da agricultura familiar.

As informações levantadas servem como base para a criação e modificação de políticas voltadas para a sustentabilidade e a competitividade do setor. Esse diálogo entre as partes interessadas é essencial para alinhar os interesses do setor produtivo com as demandas da sociedade e os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Um dos desdobramentos mais promissores do estudo foi a proposta de novos indicadores que possam ser implementados na agricultura familiar. Esses indicadores foram projetados para medir com maior precisão a eficiência dos recursos empregados, o impacto ambiental das atividades produtivas e a contribuição social do setor. Além disso, eles são adaptáveis às especificidades de diferentes regiões e contextos produtivos, tornando-os ferramentas valiosas tanto para produtores quanto para formuladores de políticas.

A pesquisa também enfatizou a importância de promover uma visão multidimensional sobre agricultura familiar. Essa abordagem reconhece que a sustentabilidade e a eficiência não são alcançadas apenas por meio da otimização de recursos financeiros, mas também pela integração de considerações ambientais, sociais. Essa visão ampliada reflete a complexidade do setor e a necessidade de soluções que considerem essa diversidade de fatores.

No âmbito acadêmico, o estudo fornece uma base robusta para futuras pesquisas. As informações levantadas e os indicadores propostos podem ser utilizados como ponto de partida para estudos mais aprofundados sobre a gestão de recursos e a formação de preços agricultura familiar.

Em suma, esta pesquisa alcançou seus objetivos ao oferecer contribuições significativas para a gestão de recursos na agricultura familiar. Além de promover a eficiência e a sustentabilidade, ela fortaleceu a base de conhecimento necessária para embasar tomadas de decisões e para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas. Com isso, espera-se que os resultados obtidos impactem positivamente tanto o setor produtivo quanto a sociedade em geral, promovendo um futuro mais sustentável e equilibrado para a agricultura familiar.

7. REFERÊNCIAS

ALEIXO, Franciely Oliveira; QUEIROZ, Lucas Lacerda; ROSA, Getúlio Oliveira. *Apropriação do custo total mensal do gado de corte em confinamento utilizando o método de custeio por absorção na cidade de Ituiutaba.* 2021. Acesso em: 11 fev. 2025.

ALVES DA SILVA FILHO, Clodoaldo. *Contabilidade de custos: uma análise sobre os métodos de custeio para o auxílio na tomada de decisões. Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia – REIVA*, v. 5, n. 3, p. 21, 2022. Disponível em: http://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/254. Acesso em: 24 fev. 2025.

ALVES, Aline et al. *Análise de custo* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Grupo A, 2018. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024427/pagei.

ARAUJO, M. H.; REINHARD, N.; CUNHA, M. A. *Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise a partir das medidas de acesso e competências de uso da internet. Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 676-694, jul./ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/1982-3134-rap-52-04-676.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

BERTÉ, R. *Gestão socioambiental no Brasil – uma análise ecocêntrica.* São Paulo: Saraiva, 2013.

BERTÉ, R. *Gestão socioambiental no Brasil.* São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/l11326.htm.

BRASIL. *Lei nº 12.368, de 13 de dezembro de 2011.* Dispõe sobre a regulamentação da profissão de fotógrafo. *Diário Oficial da União: seção 1,* Brasília, DF, 14 dez. 2011. Acesso em: 29 jan. 2025.

BRASIL. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm.

CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S. *Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. Revista Sociedade e Estado,* v. 28, n. 2, p. 201-220, maio/ago. 2013.

CHEE, B. J. S.; CURTIS, F. Jr. *Computação em nuvem – tecnologias e estratégias.* São Paulo: M. Books, 2013.

COUTINHO, Michelle Ghislain. *Custos na prestação de serviços: um estudo de caso em uma empresa do ramo de tratamento de água industrial.* 2024. Acesso em: 04 fev. 2025.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. *Contabilidade de custos.* Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559775026. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775026/. Acesso em: 19 ago. 2024.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade rural: uma abordagem decisorial.* 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. *Contabilidade de custos.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CRESPO, A. A. *Estatística fácil.* São Paulo: Saraiva, 2017.

CUNHA, M. A. V. C.; MIRANDA, P. R. M. *Uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica nacional. Organizações & Sociedade,* v. 20, n. 66, p. 543-566, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/osoc/v20n66/10.pdf. Acesso em: 8 mar. 2020.

DA SILVA BARBOSA, Eldilene et al. *Responsabilidade social empresarial: uma ferramenta na construção da imagem das empresas. Brazilian Journal of Development,* v. 6, n. 5, p. 31905-31922, 2020. Acesso em: 19 jan. 2024.

DE MOURA, Juliana Almeida. *A contabilidade como ferramenta de gestão e tomada de decisão na produção intensiva de gado de corte. Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia – REIVA,* v. 7, n. 1, p. 16, 2024. Acesso em: 04 jan. 2025.

DOS SANTOS, Isla Naiara Ferreira et al. *Contabilidade rural como ferramenta estratégica de apoio à gestão: um estudo com pequenos agricultores na cidade de Floriano-PI. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação,* v. 10, n. 6, p. 1278-1302, 2024. Acesso em: 04 jan. 2025.

FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO – FAESF (Org.). **Anais da VIII Jornada Científica da Faculdade de Ensino Superior de Floriano – FAESF** (11 a 13 nov. 2019, Floriano-PI). Floriano-PI: FAESF, 2019. ISBN 978-85-65182-10-2. Disponível em: https://unifaesf.edu.br/jornada/uploads/anais_faesf_2019.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

FONSECA, R. A.; NASCIMENTO, N. F.; FERREIRA, R. N.; NAZARETH, L. G. C. *Contabilidade rural no agronegócio brasileiro.* In: *XII SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia,* 12., 2015, Resende. Anais [...]. Florianópolis: AEDB, 2015. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/17922219.pdf.

GOMES, Jadson Rodrigues; SANTOS, Adélia Teles dos; COSTA, Silvânia Gouveia Alves. **O uso das ferramentas contábeis como apoio gerencial para o pequeno produtor rural**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 6, ed. 4, v. 4, p. 170-183, abr. 2021. ISSN 2448-0959. Disponível em: https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/contabeis-como-apoio. Acesso em: 28 out. 2025. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/contabeis-como-apoio

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário 2017: resultados definitivos.* Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/. Acesso em: 24 out. 2025.

JUNIOR, Ademir Círico; GALVÃO, Carlos Rafael. *Responsabilidade social empresarial: estudo sob a ótica do desempenho empresarial passado por meio da análise dos indicadores sociais e ambientais de uma empresa do setor de papel e celulose. Exacta,* v. 18, n. 2, p. 334-354, 2020. Acesso em: 17 jan. 2024.

MELLO, M. F. de; CUNHA, Luiza Antônia; SILVA, N. J. da. *O cálculo do ponto de equilíbrio e margem de contribuição como importante instrumento de gestão para uma empresa do ramo metal mecânico. XXXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção,* Joinville, 2017. Acesso em: 02 fev. 2025.

MURUGESAN, Sam. *Harnessing green IT: principles and practices. IT Professional – IEEE Computer Society,* Washington, DC, v. 10, n. 1, p. 23-33, jan./fev. 2008. Disponível em: http://doi.ieeecomputersociety.org/10.1109/MITP.2008.10. Acesso em: 23 jan. 2020.

NETO, Antonio de Santana Padilha et al. *Agricultura familiar no Brasil: análise da precarização do trabalho através de um mapeamento sistemático.* Seven Editora, p. 591-618, 2024. Acesso em: 25 dez. 2024.

NEUTZLING BRUM, A.; JOSÉ RIGON, A.; ANTUNES BRUM, A. *Contribuição da agricultura familiar para a sustentabilidade do bioma Pampa: revisão integrativa de literatura. Balduinia,* n. 69, p. 13–23, 2022. DOI: 10.5902/2358198071427. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/balduinia/article/view/71427. Acesso em: 28 out. 2022.

OLIVEIRA, W. C. de; BERTOLINI, G. R. F. *Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar. Research, Society and Development,* v. 11, n. 2, p. e43411226098, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.26098. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26098. Acesso em: 28 out. 2022.

PINTO, Rosicler Aparecida. *Contabilidade de custo: análise custo x volume x lucro. Revista Gestão & Tecnologia,* v. 2, n. 33, p. 50-76, 2021. Acesso em: 24 fev. 2025.

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima; PIMENTEL, Rosalinda Chedian. *Responsabilidade social empresarial e o seu comprometimento para o desenvolvimento social local. Brazilian Journal of Development,* v. 6, n. 12, 2020. Acesso em: 02 jan. 2024.

RASSELI, Evilyn Beatriz Souza et al. *Gestão de precificação nos serviços de reparos e manutenção: um estudo em uma concessionária.* In: *Anais do Congresso Brasileiro de Custos – ABC,* 2024. Acesso em: 25 jan. 2025.

RIBEIRO, João Pedro Mardegan. *Neurociência e o ensino de ciências: uma pesquisa exploratória no contexto dos anais do ENPEC. Ensino em Perspectivas,* v. 5, n. 1, p. 1-16, 2024. Acesso em: 08 jan. 2025.

SACHS, I. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. *Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. Ambiente & Sociedade,* v. 17, n. 1, p. 1–22, mar. 2014.

SCHMITT, Igor Augusto; DA SILVA, Leandra. *Aplicação dos métodos de custeio por absorção e variável para formação do preço de venda em uma indústria de confecções de lingeries. Revista Eletrônica de Ciências Contábeis,* v. 12, n. 2, p. 94-117, 2023. Acesso em: 11 fev. 2025.

SCHNEIDER, S. *Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Brazilian Journal of Political Economy,* v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SECRETTI, Analice Cassol. *Como precificar adequadamente os produtos do portfólio do negócio? Uma análise da precificação baseada no markup. Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti,* p. 212-226, 2024. Acesso em: 25 jan. 2025.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária.* 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Acesso em: 24 fev. 2025.

VON MÜHLEN, D.; LAGO, S. C.; MICHELS, A.; WILDNER, R. *Contabilidade rural: custos produtivos na atividade leiteira. Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste,* v. 7, p. e30406, 2022. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/apeusmo/article/view/30406. Acesso em: 28 out. 2022.

ZUIN, Luzia Alzira; MATARÉSIO, Larissa Zuim. *Agricultura familiar, movimentos das mulheres agricultoras e direito ao alimento: construindo uma ecologia dos direitos humanos. Revista Direito e Práxis,* v. 15, n. 4, p. e86277, 2024. Acesso em: 28 dez. 2024.